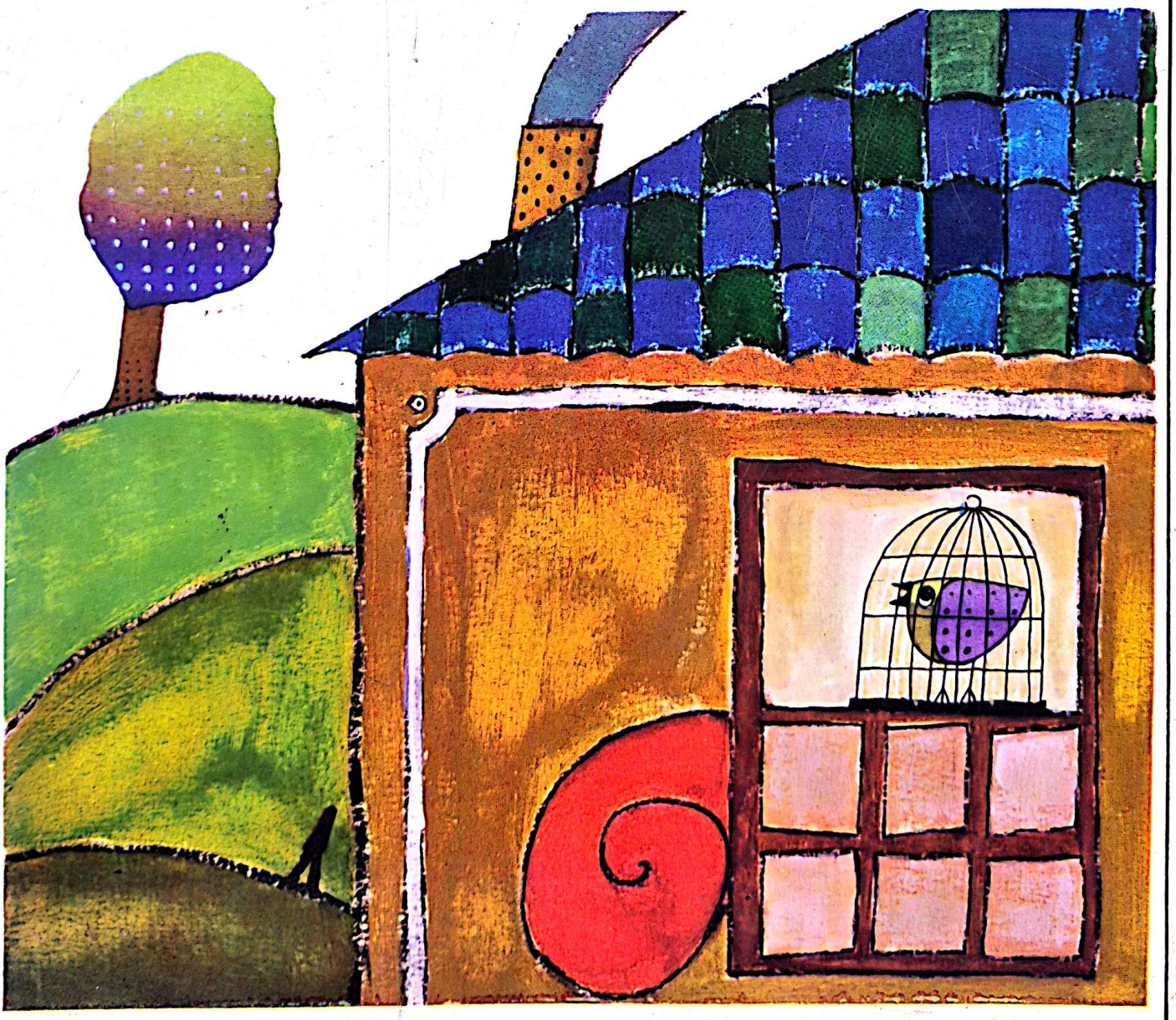
memórias do distrito diamantino

joaquim felício dos santos



Digitalizado com CamScanner

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-Fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

Santos, Joaquim Felício dos, 1828-1895.
S235m Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do
4.ed. Serro Frio; apresentação de Mário Guimarães Ferri; prefácio e bibliografias de Alexandre Eulálio, que coligiu os apêndices; notas de Nazaré Menezes (1924) e José Teixeira Neves (1956) 4. ed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
(Reconquista do Brasil, v.26)

Bibliografia.

1. Distrito Diamantino — História 2. Minas de diamante — Brasil I. Título. II. Série.

76-0321

CDD-981.512
-553.820981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Diamantes : Geologia econômica 553.820981
2. Distrito Diamantino : História 981.512

Digitalizado com CamScanner

Obra publicada
com a colaboração da

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri

Comissão Editorial:

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). **Membros:** Prof. Dr. Antonio Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Faculdade de Medicina), Prof. Dr. Pérsio de Souza Santos (Escola Politécnica) e Prof. Dr. Roque Spencer Maciel de Barros (Faculdade de Educação).

Digitalizado com CamScanner

COLEÇÃO RECONQUISTA DO BRASIL

Dirigida por MÁRIO GUIMARÃES FERRI

Vol. 26



Capa de
CLÁUDIO MARTINS

LIVRARIA ITATIAIA EDITORA LIMITADA
BELO HORIZONTE: Rua da Bahia, 902 — Fones: 222-8630 e 221-0832
Av. Afonso Pena, 776 — Fones: 222-6140 e 224-5151

Digitalizado com CamScanner

joaquim felício dos santos

Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio

(Província de Minas Gerais)

4.ª edição

Apresentação de
MÁRIO GUIMARÃES FERRI

Prefácio e bibliografias de
ALEXANDRE EULÁLIO
que coligiu os apêndices

Notas de
NAZARÉ MENESES (1924)
e JOSÉ TEIXEIRA NEVES (1956)

LIVRARIA Espaço B wifi Diamantina/MG

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
LIVRARIA ITATIAIA EDITORA LTDA.

Digitalizado com CamScanner

1 9 7 6

EDITORA ITATIAIA LIMITADA
Belo Horizonte

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Digitalizado com CamScanner

APRESENTAÇÃO

O excelente Prefácio e as notas biográficas de autoria de Alexandre Eulálio dispensam uma longa apresentação desta obra de Felício dos Santos, de grande valor histórico.

Assim, apenas para preencher a função de Diretor da Coleção Reconquista do Brasil, que em boa hora a Livraria Itatiaia Editora resolveu lançar, contando com o patrocínio da Editora da Universidade de São Paulo, direi alguma coisa sobre o autor e sua obra, deixando ao leitor o prazer de, percorrendo as páginas deste livro, descobrir as riquezas, o manancial de informações nele contido.

Nasceu Felício dos Santos na Vila do Príncipe, em 1828. Recebeu as primeiras letras na Comarca do Serro Frio, seguindo depois para Congonhas do Campo a fim de concluir o curso fundamental, após o que rumou para São Paulo, onde estudou Direito. "Nas arcadas do velho convento do Largo de São Francisco" foi contemporâneo de José de Alencar.

Formando-se em 1850, regressou a Diamantina onde praticou a advocacia e o ensino.

Em 1860 nasceu "O Jequitinhonha", periódico do qual Felício dos Santos foi redator principal. Começou, em 1862, a publicar, nesse semanário, vários artigos sobre o Distrito Diamantino.

Ingressou na política, sendo elemento extremamente atuante.

Seus artigos sobre o Distrito Diamantino foram, posteriormente, enfeixados em livro e publicados em 1.ª edição sob o título "Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)", pela Tipografia Americana, do Rio de Janeiro, em 1868.

Contém este livro, que ora se apresenta em 4.ª edição, entre tantos outros assuntos, os seguintes: Bandeiras em busca de ouro no Serro Frio; Descoberta do ouro nas Minas; Descoberta do Diamante; Primeiros contratos para exploração de diamantes; Descaminho do ouro; Sistema de "capitação" em substituição ao "quinto"; Minas Novas do Fanado; Arrecadação das rendas públicas; Chácara de Xica da Silva; O fiscal dos diamantes; Contrabando; A Inconfidência; Estado do espírito público em Tijuco, nos últimos anos do século XVIII; Repercussão do que ocorria em França; Regime de Terror; Maçonaria; O ferro em Minas; Festejos em Tijuco pela aclamação de D. João VI e pelo casamento de D. Pedro; Liberdade de comércio; Estímulo à agricultura e à criação; Vistas colonizadoras das Cortes; O contrabando e o garimpo acabados de fato; O mineiro e o agricultor.

A esses e outros muitos temas seguem, finalizando a obra, vários Apêndices juntamente com a Bibliografia dividida por Alexandre Eulálio em duas secções: "A primeira foi dedicada à obra do autor; a segunda aos comentários por ela suscitados".

Do presente livro queremos destacar alguns tópicos:

A Inconfidência — não merece, por parte do autor, maior desenvolvimento, porque "Não há mineiro que ignore a história da nossa gloriosa tentativa de independência de 1789".

Digitalizado com CamScanner

A Maçonaria — era uma sociedade organizada sobre princípios diferentes da sociedade civil; sua base era a igualdade dos homens; um de seus principais dogmas era a filantropia; a Maçonaria, informa Felício dos Santos, dirigiu a Inconfidência em Minas; "Tiradentes e quase todos os conjurados eram pedreiros-livres".

Xica da Silva — dominava no Tijuco com a influência e o poder de seu amante: o Desembargador João Fernandes de Oliveira, "rico como um nababo, poderoso como um príncipe, tornara-se soberano do Tijuco".

Xica da Silva alardeava luxo e grandeza, deslumbrando as famílias mais ricas e importantes. Ia à igreja, onde lhe era reservado o lugar mais distinto, coberta de brilhantes e acompanhada de doze mulatas ricamente vestidas.

Mulata ela mesma, de baixo nascimento, fora escrava. Libertou-a João Fernandes. Não era bonita, não tinha espírito nem era graciosa. Antes, era de feições grosseiras e usava a cabeça raspada com uma "cabeleira anelada em cachos pendentes".

Desejando conhecer um navio e não saindo em viagem, seu amante mandou construir para ela um navio em miniatura, com mastros, velas e tudo o mais. Esse pequeno navio vagava nas águas de um lago artificialmente feito em sua famosa chácara, onde se erigira um castelo cujos salões recebiam a fina flor da sociedade.

Figura quase lendária, Xica da Silva já foi objeto da atenção de muitos escritores. Não falta razão para isto: é figura que, apesar de sua humílima origem, conseguiu subir, e seu nome persistiu através dos tempos, até nossos dias.

Finalizarei aqui, pois já me alonguei mais do que desejava e do que era necessário. Direi apenas, ainda, que Felício dos Santos faleceu com 67 anos, em 1895.

Direi, também, uma palavra de aplauso a Alexandre Eulálio por seu belo Prefácio e por seu trabalho em coligir apêndices e bibliografias.

Direi, finalmente, também, uma palavra de aplauso às editoras que, reeditando esta obra, prestam mais um valioso serviço a quantos se interessam pela História de nossa Pátria.

São Paulo, 6 de março de 1976

MÁRIO GUIMARÃES FERRI

Digitalizado com CamScanner

...je m'imaginais voyager à travers un diamant...

J. VERNE — *Voyage au centre de la terre*, XXII

O título é longo: Memorias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio (Provincia de Minas Geraes). *Retoma a tradição derramada dos cabeçalhos em comunicações a academias e institutos doutos. Isto no volume publicado em 1868, pela Tipografia Americana, da Corte. Sete anos antes, no entanto, a testada era lacônica na gazeta provinciana do autor* — Districto Diamantino. *A modéstia do letreiro não impediu que a matéria prendesse a atenção dos leitores além da Cidade e da Província. Estampadas durante vinte e um meses nesse pequeno jornal oposicionista que saía do prelo uma vez por semana, — jornal que assumia, com petulância, o nome sonoro e o ímpeto de rio sertanejo —, tais notícias sobre a história do país dos diamantes nas Gerais provocaram vivo interesse. O "Diario do Rio de Janeiro" iniciou a transcrição da matéria de "O Jequitinhonha", dando notoriedade imediata ao escritor, convidado então a colaborar em revistas da capital do Império. Estava preparado portanto o lançamento do livro, pela qualidade da narrativa e limpidez da informação, a partir daí, leitura obrigatória do estudioso de Brasil.*

A obra não revelava apenas aspectos quase desconhecidos de vasto território do País. Dele restituía o complexo entrançamento econômico e social, documentando em toda a pungência, ao lado da tática repressiva da Coroa metropolitana, aspectos seja administrativos, seja políticos daquele processo. Através de prosa da melhor água, sugestiva e envolvente na objetiva plasticidade, a fisionomia desse passado era recuperada de modo vigoroso naquilo mesmo que possuía de mais particular, de mais surpreendente. Além disso, a riqueza de informação devolvia o recorte devido ao pormenor pitoresco, fazendo avultar o perfil de personagens e comparsas, que ao todo acrescentavam colorido e a palpável vivência de realidade.

A imaginação visualizadora do romântico dava mão à intensa vibração do homem político. Do último está presente, no frêmito indignado que perpassa pelo ensaio histórico de ponta a ponta, a sinceridade da consciência participante; o seu ímpeto chega até nós, conferindo à obra sentido de urgência expressiva e denunciatória. Harmoniosamente, esta mantém no entanto cerrado compromisso entre exposição de eventos e discussão de idéias, carinho pelo passado e ânsia de futuro melhor. Mas o equilíbrio dos juízos con-

Digitalizado com CamScanner

tém mal e mal a indignação revoltada do civilista, mesmo se, para o escritor, a opressão sem limites que sofreu o Distrito Diamantino foi a forja do caráter tijuquense. O texto é assim enriquecido de modo subterrâneo por todo um sistema de oposições dinâmicas que ainda torna mais complexa e rica a estrutura dele. Tanto mais que a paixão bairrista somada ao fervor democrático levam-no a recriar o torrão natal com o relevo de figurante personalizada.

Vincado de paixão ideológica, de contrariado sentimento de justiça, Joaquim Felício dos Santos revê a crônica local da Demarcação Defesa com a flama das convicções radicais; cada episódio, cada situação, perpassa pelo crivo de juízo revisionista e exaltado. Com a arma da ironia, o memorialista sabe como tomar em mão, sopesando-a, a experiência pregressa, que ele se recusa mitificar. A História, mestra da experiência, é polêmica e contestatária; o passado que o interessa, próximo, vivo. Sem lentes azuis ou enfumaçadas sabe distinguir a cor local à margem de daltonismos voluntários.

Energicamente, até mesmo com certo sarcasmo, contesta, discute e corrige as simplificações dos historiadores nacionais mergulhados no conformismo, a girarem no aprovado sistema planetário dos Institutos Históricos. Investe contra os "heliosistas" de um mormacento e constitucional rei-sol, chamando-os a juízo, pelo nome ou através de alusões bem claras, quando generalizam com leviandade ou perfazem afirmações superficiais. Sejam eles o grande Varnhagen ou figuras menores — Pereira da Silva ou Joaquim Norberto, Macedo e o Cônego Pinheiro. Veemente sem ser enfático, trata de encontrar o modo de ser, de sentir e de pensar da época que aborda, sem por isso a eles aderir. Característica deste historiador autodidata no entanto é a profunda empatia com que adere aos acontecimentos descritos, e o faz assumir aquela premência criativa ao mesmo tempo de ficcionista e repórter.

A capacidade de movimentar as massas e de definir, de modo candente, a psicologia de personagens e participantes, o poder descritivo sintético, o gosto pelo pormenor concreto, o mesmo modo de manipular o material em prosa fluente e inventiva, fazem Joaquim Felício recuperar a grande tradição do relato cronístico tradicional. Através do tempo ele se avizinha assim da melhor crônica ibérica — documentada, polêmica, averbando documentos e testemunhos, conferindo-os com espírito crítico —, crônica que em Portugal segue a linha quebrada que do Século XV ao XVII vai de Fernão Lopes a Diogo do Couto, a Castanheda e Frei Antonio Brandão. Aliás à linhagem e à maneira de Fernão Lopes liga-se Joaquim Felício muito em especial pelo seu sentimento do povo — do povo enquanto arraia-miúda, nela incluindo os negros escravos, e que nas suas páginas aparece vivo, autêntico, retratado em situação. Essa ótica une ainda Lopes e Felício na mesma desconfiança instintiva pelos senhores do

Digitalizado com CamScanner

mundo, os donos da vida, e se traduz na clara aversão pelas altas camadas do poder, nobreza hereditária ou burocracia estratificada, em sentimento muito próximo da profunda raiz popular a que ambos se mantêm fiéis, apesar dos privilégios de que um e outro gozam.

Das classes não-privilegiadas Joaquim Felício se avizinha com indisfarçada simpatia, acompanhando-as em todos os movimentos de protesto e revide. Com autêntico frêmito ele se volta para as peripécias dos chefes garimpeiros, diversos deles escapos às grilhetas da Real Extração, recuperando da moela dos documentos oficiais esses episódios que quase ficam sem cronista e apenas através dele alcançaram registro historiográfico. Ao lado de tais narrativas emocionantes, que pela eficácia ocupam lugar de destaque dentro da historiografia romântica, juntam-se outros esboços preciosos, diversamente dramáticos. Dentre eles o nascimento da consciência política nos habitantes do Tijuco ao calor das Luzes, — página exemplar dentro da história intelectual brasileira.

Mas na dimensão ampla da crônica, a variedade de gesto estilístico e narrativo dava margem para muito mais. Bastante conhecida é a insubstituível reconstituição da atmosfera do Arraial do Tijuco ao tempo dos Contratos — muito popular desde o fim do século —, com os episódios antológicos de Felisberto Caldeira e João Fernandes, este acompanhado pela figura perturbadora da Xica da Silva. Isto sem perder de vista as páginas dedicadas a Isidoro o Mártir, prócer guerrilheiro e revel romântico, ao tempo torvo do Cabeça-de-Ferro, aos grandes desastres da mineração, às peripécias das perseguições a João Costa e José Basílio, que acompanham a teoria de Contratadores e Fiscais, Intendentes e Ouvidores desde a era da conquista à descoberta e dispersão das pedras brancas. O capítulo inaugural, com seu colorismo tão de época, dá a garra e o tom do escritor: recortada contra o perfil do Itambé, "farol granítico dos viajantes", desenha-se a Bandeira demandando sem rumo preciso os sertões do Ivituruí, o estandarte desfraldado a tatalar no vento forte da serra... Dos primeiros tempos do Arraial e do extermínio dos Puris, até o reformismo despótico e ilustrado de Manuel da Câmara, "baxá de três caudas", é sempre com a maior vivacidade que Joaquim Felício entrega ao leitor as cenas dessa crônica ardentemente conservada pela tradição oral.

Mas a obra está longe de ser apenas pitoresco ou evocação sugestiva. Completa-se antes pela aguda perspicácia da sua abordagem de documentos oficiais e oficiosos — abordagem severa, pelo rigor da qual o cronista pede aqui e ali desculpa ao leitor apressado, justificando-se das muitas transcrições que se sentia obrigado a realizar. Sobre os "papéis de governo" ele se debruça continuadamente, dedicando-lhes atenção integral de estudioso da matéria. Alfredo Valadão lembra, aliás, que ao analisar a matéria da regulamentação

Digitalizado com CamScanner

oficial mineira nas suas sucessivas fases, e ainda acompanhá-la nas repercussões que alcançou na área de estudo dele, Joaquim Felício fazia as Memorias do Districto Diamantino *tornarem-se ao mesmo tempo trabalho de historiador e de jurista. Apreciando tais regulamentos na sua aplicação e nos seus efeitos — "decretos, alvarás, cartas-régias, regimentos, bandos, instruções, portarias, contratos, decisões administrativas e judiciárias" — a obra versava sobre Direito Administrativo e ainda outros ramos do Direito. Isto ao lado da sensibilidade vibrante do autor que, mais além da erudição cartorária, estava alerta ao traço característico, ao caráter local, à anedota definidora, sempre pronta a receber testemunhos novos de vista e de ouvido a fim de melhor informar esse apaixonado processo do tempo de dantes. Tornava-se destarte o próprio "historiador integrado no acontecimento e enquadrado no próprio cenário" a que se referira de certa feita Fidelino de Figueiredo.*

O ardor do cronista-tabelião de que fala Antonio Henrique de Oliveira Marques, ardor de que participam, cada um a seu modo, um Fernão Lopes e um Frei Antonio Brandão, renascia com força nova na pena oitocentista de Joaquim Felício dos Santos. Na dinâmica própria ao gênero, esse entusiasmo reafirmava-se pelo manuseio constante dos documentos em conexão com o contínuo avaliar das fontes orais de que Lopes e Felício dispuseram, e souberam utilizar com gênio — o gênio dos lugares. Assim o fio ideal que liga o cronista do Século XV à certa vertente da historiografia de quatro centúrias depois, na qual se encarta Joaquim Felício, nasce desses tempos igualmente em crise, tempos em que os especialistas de História, premidos por necessidades análogas, voltaram a atenção deles para o psicologismo de cariz narrativo, a imaginação visualizadora, a idealização realista, acreditando instaurar, uns e outros, certo pragmático reformismo regenerador, de alcance político coletivo. Em Portugal tal sintonia foi mediada pela exemplar recriação ao mesmo tempo crítica e evocativa de Alexandre Herculano; através dela alcança ainda Oliveira Martins para em seguida bifurcar-se seja por um certo saudosismo sentimental, conservador, freqüentemente reacionário, seja pela abordagem criticista, de claras ambições de revisionismo social, vertentes em que se divide a historiografia lusa da primeira parte do nosso século.

É sensível em Joaquim Felício a filiação ideológica e estilística a Herculano, largamente filtrada através de outras influências hauridas pelo escritor mineiro durante a sua formação. A sintonia psicológica e temperamental de ambos aparece aliás na combatividade veiada de desencanto que acabará por afastar a um e outro da vida pública, isolando-os nos retiros de Val de Lobos e das Bicas, onde levam avante os derradeiros trabalhos. Contudo, precedem-nos, ratificando-os e definindo-os, encontros ideológicos muitos e profundos.

Digitalizado com CamScanner

Em primeiro lugar a própria maneira de aplicar à análise do passado as preocupações do presente, aliando existencialmente opinião e política na prospecção do tempo esvaído. Em seguida, o irredutível ideário democrático — que se funda na interpretação municipalista da soberania popular, de raiz mediévica; assumida por Joaquim Felício em direção ilustrada, nele se sublima em fé de ofício bairrista. Reinterpretava assim, em sentido análogo, a tradição comunal e popular dos burgos livres de Herculano, aplicando-a à realidade brasileira província-nação, comunidades locais-governo central, como a primeira e única base autêntica do governo representativo.

A filiação de Herculano à escola narrativa de Augustin Thierry — cujo ensaio De la formation et du progrès du Tiers-État *foi decisivo nele para a concepção de povo e instituições populares — reforçaria a afinidade de Felício com aquela corrente historiográfica, coisa que não escapou à perspicácia de Sílvio Romero. O caráter combativo da obra pioneira de Thierry levou-a a reformular, no início do Século XIX, a concepção mesma do gênero histórico, nela desencavando, debaixo dos feitos das classes dominantes, a presença dos* cidadãos *até aí ignorada. A sua simpatia pelos oprimidos, o entusiasmo saint-simoniano pela liberdade moral e política, reunido ao esforço para reconstituir a alma contemporânea de outras eras, em texto envolvente e convincente no acostamento do passado, definem as condições ótimas que nortearam a monografia localista de Joaquim Felício dos Santos, e que em nossa língua já encontravam reforço na história e na ficção de Herculano.*

Dentro do panorama historiográfico brasileiro, em que as memórias poéticas e corográficas locais tornam-se costumeiras desde o princípio do Século XVIII, Sílvio Romero tratou de colocar esse Felício que discrepa da tradição, parecendo continuá-la, ao lado de João Francisco Lisboa: pelo rigor de pesquisa e abordagem crítica de ambos na área; pela radicalidade de um e outro no repúdio à impostura formalista, opressiva, da máquina do Estado. Denúncia que os aparta, este no Maranhão, aquele em Minas, dos restantes historiógrafos do tempo. Mas Sílvio não esqueceu também de apontar que João Lisboa mais se aproxima do ensaísmo de François Guizot, sintético e quase abstrato no esboço tão nítido que empreende de homens, idéias e instituições. Mais ligado à narrativa, interessado em recriar a atmosfera dos tempos antigos conforme o espírito de Thierry, Joaquim Felício apóia antes os seus informes sobre relatos de cronicação, a estes conferindo alguma vez autoridade exagerada. É o que parece ter acontecido com o manuscrito de Plácido Rolim sobre o aprisionamento do Caldeira contratador, um dos grandes momentos da obra, cuja literalidade — assim como alguns relatos culminantes de Fernão Lopes na Crônica de Dom João I *e episódios narrados em* La Conquête de l'Angleterre par les Normands *de Thier-*

Digitalizado com CamScanner

ry — vem sendo contestada pela crítica hodierna, sem com isso invalidar a segurança maciça de cronista e historiador. Eram riscos do ofício, e apesar de todo o seu cuidado em separar novela da crônica, teve de pagar pela confiança que depositou nesses pergaminhos.

Debaixo sempre do signo de Thierry, que descobriu o calor da História ao ler Chateaubriand no liceu, e muito próximo do exemplo regenerador de Herculano — à margem da gigantesca obra historiográfica, novelista de fôlego e vasta irradiação —, dá-se a passagem de Joaquim Felício da crônica para o romance. Passagem que tem lugar num registro voluntariamente irônico, e pretende funcionar como diversão maliciosa ao reino das certezas documentais. Muito fantasioso, Felício é no fundo um cético que se defende da vida com a visão humorística dos fatos e das coisas: o ilustrado que existe nele distrai-se com abusões, crendices e assombramentos, que considera com jocosa ironia. Matéria-prima da literatura de imaginação, ele há de os aproveitar, ao lado de crônica histórica que vai compondo, numa série obras secundárias que logo passam a constituir uma das maiores atrações de "O Jequitinhonha".

Lendas e narrativas das terras de mineração fluem assim das Memorias do Districto Diamantino, *acolhendo, no campo grande do imaginário, as sugestões mágicas ou pitorescas fruto da tradição e da inventiva do escritor. História puxando estória, o romancista desfia a intrincada fundação mitológica da Diamantina* (Acayaca), *descreve o motivo secreto dos grandes desastres da mineração antiga* (Poção do Moreira, Acaba-Mundo), *satiriza incompetência e prepotência da administração reinol na Comarca* (O Intendente dos Diamantes, Fragmento de um Manuscripto, O Capitão Mendonça), *esboça, de um ponto de vista romanesco, as façanhas de capa e espada do mais célebre* outlaw *do tempo da Administração Diamantina* (Garimpeiro João Costa). *Mesmo* Os Invisiveis, *que possui ambientação contemporânea e prescinde de cor local, desenrola-se na Cidade do Serro oitocentista.* Braz, *apenas, pertence à outra vertente da ficção dele, obra de combate, polêmica provocadora em torno da prisão preventiva. A técnica da narração varia pouco em todas essas novelas. O expediente do fictício manuscrito do Século XVIII encontrado pelo autor prevalece em algumas; na* Acayaca, *por exemplo. A narrativa direta é adotada em* Braz, Capitão Mendonça, João Costa. *Constituem estórias narradas pela boca ou à maneira da gente antiga* Acaba-Mundo, Poção do Moreira *e, em parte,* Os Invisiveis.

Eleito deputado-geral pelos liberais no fim de 1863, é na Corte, durante o primeiro ano de mandato, que Felício encara a possibilidade de editar livro seu; amigos entusiastas do que se publicara no "Diario do Rio de Janeiro" e na "Bibliotheca Brazileira", aconselham e insistem. Convencido por fim, impõe os últimos ajustes ao Districto Diamantino. *Compõe também a abertura do livro, que decorre das*

Digitalizado com CamScanner

narrativas históricas estampadas faz pouco. Principalmente da Acayaca, *aquela de maior fôlego. A novela virá a lume em 1866, precedendo de dois anos as* Memorias, *e através dos prelos da Tipografia* Perseverança *fluminense. Em 1869 será relançada na série* Leitura para todos, *com nova capa.*

Acayaca, romance indigena, *havia aparecido em "O Jequitinhonha" de dezembro de '62 a junho seguinte, logo transcrito pela "Bibliotheca Brazileira" (mensário dirigido por Quintino Bocaiúva) em agosto e setembro de '63. Conforme a praxe dos enredos históricos de Herculano, trazia a data da ação justaposta ao título: 1729, "por que foi quando se conheceu a existência de um Distrito Diamantino". O romance tinha origem no entrelaçamento de dois temas: a derrubada da árvore sacra dos Puris, brevemente referida num parágrafo do Capítulo XI das* Memorias, *e a identificação dos diamantes do Capítulo III, que também não merece mais de onze linhas do cronista. Sobre esses passos o narrador varia ao seu bel-prazer. As tradições discrepantes sobre a denúncia das pedras de preço, ali atribuída tanto a Bernardo Lobo como a um frade esmoler dos Hospitais da Terra Santa, são amalgamados agora numa seqüência causal mais emocionante. Da mesma forma Felício transforma ainda em cedro o "coqueiro gigantesco" venerado pelos selvagens, a fim de que o imemorial arvoredo possa ganhar sonoro nome tupi, já registrado, aliás, na* Confederação dos Tamoyos *de Magalhaens. Extremamente inventivo, ele fabula os demais elementos da novela, louvando-se do conhecimento íntimo do ambiente e dos cenários. Desse modo a presença viva dos índios, as bodas de Iepipo com Cajubi (de que Henrique Fleiuss traçou uma litografia), o ardil do mameluco Tomás Bueno, o derrubamento da acaiaca, a luta fratricida da tribo, a praga do pajé Piracaçu, a incineração do tronco decepado, as forças desencadeadas pela borrasca, o aparecimento das pedrinhas brilhantes, a ganância despótica da Coroa, a vingança de Cajubi contra o mameluco, a opressão sem limites sobre os tijuquenses são fruto da própria criatividade do romancista a partir da sugestão inicial.*

Tema grandioso de "poema americano", mas que o novelista resolve narrar em prosa, guiando o leitor pelos meandros de antigo manuscrito, rasurado e incompleto. Um pretenso editor literário agrega notas ao velho texto encontrado, e nele salta ou censura passagens que lhe parecem tediosas ou escandalosas. Ao mesmo tempo o autor setecentista do manuscrito se faz avante aqui e ali, ora protestando contra a inadmissível opressão dos esbirros da Coroa, que o foram molestar na própria casa enquanto ele escrevia o capítulo anterior, ora invectivando os "viajantes estrangeiros" que se fazem passar por cientistas a fim de poderem em seguida publicar sobre nós, na Europa, as mais diversas sandices, arqueológicas e outras...

Digitalizado com CamScanner

Um projeto de livro estilhaçado em diversos sentidos — tema nacional, convenção literária, distanciamento sardônico, abordagem mítica, informação histórica, confronto autor-editor(-leitor), justaposição escrita-rasura — cuja complexa curva de nível estilístico propõe a caricatura do ofício de escrever — escrever História e Novela —, com inquietação claramente metalingüística. Entre a matéria prístina das origens e a curiosidade "ingênua" do leitor, inserem-se dois intermediários, com todos os prejuízos dos respectivos séculos: o narrador libertino e o comentador vitoriano. Com as visões deles diversamente condicionadas, descrevem e discutem, sem perceberem a transcendência, o paraíso das origens e a queda que se seguiu, semente mesma da História. Símbolo arquetípico da comunhão de céu e terra, a grande árvore, afundada nas raízes e tocando o céu com as frondes, representa o fulgor da idade de ouro aborígine. Uma plenitude natural destruída pelos usurpadores, que impõem a própria lei através de destruição da harmonia "ecológica" e rompimento do equilíbrio imemorial. A parábola completa-se com a maldição dos carbúnculos "duros amargos diamantinos" (Henriqueta Lisboa) provenientes do tronco crestado, madeira feita luz a fim de cegar. Portanto a brasa dormida dos diamantes — cinza da árvore sagrada —, fará arder sempre as mãos daqueles que se atirarem com voracidade sobre o seu cintilar. A nostalgia da sombra dourada da acaiaca acaba assim por se projetar, universal, muito além dos limites da Comarca. Embora romance semifrustrado pela própria desambição, não resta dúvida ser ele livro solitário dentro do Romantismo brasileiro. Somente após cuidadosa análise esse universo ficcional compósito, ao mesmo tempo humorístico e trágico, consente revelar no sabor acre da fábula a sua ironia "byroniana". "Cínica", no sentido acadêmico paulistano.

O ambíguo elemento sobrenatural da Acayaca *— maldições, furacões, mágicas transmutações —, assumido com ironia que trata de disfarçar a emoção "épica", reaparece de modo menos elaborado em outras fantasias poetizantes relativas às estórias da mineração. Abordam episódios referidos em diferentes capítulos das* Memorias *(VIII, XI, XIV, XVII, XIX, XXI, XXVI...). A Mãe-d'Água do Poção do Moreira — lavra de que trata o Capítulo XXX — é surpreendida pelo protagonista em noite de luar, junto ao serviço abandonado. Pressago bode preto aparece no alto da ribanceira do Jequitinhonha anunciando desgraça e é o demo em persona (Modesto Brocos, depois de visitar a Diamantina, pintará em 1893 uma grande tela com o tema). Alumbradora, toda nua, a Mãe-do-Ouro penteia os cabelos louros na garganta do rio que depois se chamou Acaba-Mundo, mas não tinha esse nome não (a catástrofe vem no Capítulo XIV, citado). Todos eles elementos de um folclore passado a limpo, que interessam tanto em si mesmos quanto pela precoce incorporação no contexto nacional como elementos de literatura culta.*

Digitalizado com CamScanner

Mas situações misteriosas divertem a Felício não apenas relacionadas à credulidade dos tempos antigos. Elas o provocam também quando se ligam a aspectos psicológicos dos seus figurantes. Falsas estórias de assombração resolvidas pelo desenlace são Fragmento de um Manuscripto *e* Os Invisiveis; *pertencem ambas àquela vertente realista do gênero que Brito Broca tratou em capítulo do seu* Pontos de Referência. *Em* Fragmento de um Manuscripto *o tema do sonambulismo glutão de certo Ouvidor da Vila do Príncipe, caricatura do alto funcionalismo reinol, deve ser aproximada do ato-único* O Intendente dos Diamantes, *glosa do anedotário da administração Barroso Pereira* (Memorias, *Capítulo XIX). O ingênuo enigma policial do* Fragmento *vem proposto numa atmosfera jocosa, que se chega a provocar curiosidade, o faz de modo pouco sério, apenas com o pretexto de levantar simpatia do leitor pelo lacaio do juiz prepotente. Em* Os Invisiveis, *as visões obsessivas do protagonista, mesmo com a moldura de bom-senso do narrador (o médico que expõe esse curioso caso clínico), também criam uma atmosfera de desvairio, que prende firme a atenção até a vertiginosa cavalgada final, — ensaio meio trôpego de outra bem mais ilustre, esta dirigida à origem dos tempos e à essência do ser — o galope de Brás Cubas rumo ao fundo do poço da consciência. Pormenores realistas, episódios como o enforcamento do escravo Atanásio, a exposição quase científica do estado nervoso do paciente, interrompendo de tanto em tanto a loqüela febricitante do Sr. G*, longe de anularem a atmosfera alucinatória acrescentam antes impacto ao elemento fantástico.*

Aspecto mais impuro do fantástico, dentro da tradição de Dumas e Sue, incide nas Scenas da Vida do Garimpeiro João Costa, *romance que o autor aliás não completou. Aí o leitor visita a lapa subterrânea do judeu Samuel, traficante de diamantes, transformada no esconderijo todo alfaias e alfombras de outro Monte-Cristo, e isto junto aos miseráveis ranchos de sopapo e capim do Rio Grande. Toma conhecimento também do disfarce saborosamente inverossímil do garimpeiro João que, quando necessário, assume a identidade imperialista de Lorde William Gilles, par de Inglaterra e naturalista itinerante. São as asas vistosas que o imaginário muito em conta do folhetim insiste emprestar à matéria autêntica, exposta no Capítulo XVIII das* Memorias. *O "bandido nobre" que é João Costa — bandido apenas para a ordem de coisas contestada pelo autor — se desdobra assim em pseudo-aristocrata estrangeiro. Defende ele os oprimidos habitantes do Tijuco da sanha despótica dos tiranetes locais, apelando, com insolência crescente, para a suposta condição de vassalo da graciosa majestade de Jorge III, soberano ao qual, pote de barro há séculos aliado ao pote de ferro, o governo da rainha fidelíssima presta as mais subidas homenagens. Compensação imaginária às humilhações e exações sofridas pelos conterrâneos do autor no*

Digitalizado com CamScanner

passado, confirma, na sua escolhida ingenuidade, o interesse total que Joaquim Felício devota pelo passado da terra.

Conforme vimos, o escritor seria o primeiro a exemplificar a quantidade e a variedade de material dramático contido nas Memorias do Districto Diamantino, *todo ele passível de aproveitamento romanesco. O exemplo não tardaria a ser seguido. Inúmeros intelectuais, pouco a pouco, iriam voltar-se para esse* vade-mecum *da mineiridade, aí encontrando sugestões diversamente empolgantes, conforme a medida do talento de cada um.*

O primeiro deles parece ter sido Antonio Vaz Pinto, que no drama O Garimpeiro, *de 1880, esboçado em torno da figura de Isidoro, mas de modo especial em* Coração de Ferro, Intendente dos Diamantes, romance do tempo colonial *(dois volumes, respectivamente de 1873 e 1878), foi abeberar-se naquela fonte. A obra é exemplar muito característico de novela tardo-romântica com temática da época. Antonio Vaz documentou-se amplamente sobre o tema, apostilando copiosas notas a cada capítulo. Trata-o com bastante liberdade, a partir do título. Ampliação enfática do sobrenome posto pelos tijuquenses ao sétimo Intendente, Meireles Freire* (Memorias *capítulo XVIII), ele o atribui, por sua conta e risco, ao décimo, Amaral Silveira (capítulos XXI-XXIV), transformando o ferro da Cabeça dura do primeiro no Coração indevassável do último. Todo o "Livro Segundo",* O Diamante, *desenrola-se no Tijuco (o "Livro Primeiro",* O Ouro, *tem lugar em Vila Rica) e aproveita de perto ambientação e peripécias do terço final do* Districto Diamantino. *Vaz permite-se alterar a cronologia dos Intendentes para dar permanência novelesca à personagem-título; além da movimentação dos conjurados do Tijuco que se ligam ao Iluminismo revolucionário, tem importância decisiva o grupo de garimpeiros de Isidoro, com quem vive a mocinha Guita, "flor serrana". A inconsistência própria ao gênero, que se ressente em especial da ênfase discursória e das considerações extrapolantes do autor, é de certo modo compensada pelo encadeamento melodramático e movimentado da ação, com as marchas e contramarchas dos Dragões Reais a perseguirem do bando de Isidoro. Diálogo bastante espontâneo parece prometer, deveras, um razoável homem de teatro. O enredo conclui-se com o moralizante extravio final de tesouro, que certamente não vale o amor puro da heroína. Mas o autor deveria guardar novas surpresas na gaveta, pois assinala na página final: "Se o público bem receber o romance que vimos de contar-lhe, nos animaremos a oferecer-lhe a história da fundação da* Casa da Oração do Vale de Lágrimas *sita nas margens do Rio Araçuaí; e então saberemos como foi roubado o tesouro de São Vicente."*

Antonio Vaz Pinto Coelho da Cunha (Sabará, c. 1843 — Juiz de Fora, c. 1921), advogado na Província e deputado à 13.ª Legislatura

Digitalizado com CamScanner

(1867-1868), colaborou na "Reforma" da Corte, no ouro-pretano "Liberal de Minas" e na "Gazeta de Juiz de Fora", conforme regista Sacramento Blake. De família afidalgada, há muito estabelecida em Minas, era irmão de José Maria Vaz Coelho da Cunha, outro publicista que muito publicou. O seu entusiasmo ideológico pela "Atenas mineira" declara-se na dedicatória do "Livro Segundo": "À Diamantina, pátria dos Vieiras Coutos e Rolins, pátria dos Felícios dos Santos e Teodomiros". Tanto os dois volumes do romance como o drama do Garimpeiro *foram editados na Corte pela Tipografia Perseverança, reduto, pelo que se vê, de radicais e republicanos. O fato de Antonio Vaz Pinto ter o seu vasto romance pronto já em 1873, cinco anos após a publicação em volume das* Memorias *felicianas, documenta a impressão profunda que a obra lhe causara.*

Mas não só a ele. A nova geração do fim do século, no momento da grande radicalização política que tem lugar nos anos inaugurais da República, procura conhecer melhor as origens do País. Em Ouro Preto, nessa era de 1893, ano especialmente difícil, a plêiade moça que ali se reúne volta-se freqüentemente para as Memorias do Districto Diamantino, *que mais uma vez comprovam o seu fascínio. A atmosfera muito especial de Ouro Preto, que, mesmo ainda sede do Governo, respira o clima melancólico de grandeza decaída, convidava a reconquista imaginária dos períodos de fausto. Entre provincianos, moradores temporários e excursionistas a força que a repressão florianista tocou da Capital Federal convulsa, estão ali Raimundo Correia, Augusto de Lima, Afonso Arinos, Olavo Bilac, Aurélio Pires, Tomás Brandão, Diogo de Vasconcelos, Rodrigo de Andrade, Emílio Rouède, Álvares de Azevedo Sobrinho... Em São João del Rei e Barbacena abrigam-se também do estado-de-sítio Carlos de Laet, Magalhães de Azeredo, Coelho Nèto. É bem possível portanto que, aproveitando a voga do* Districto Diamantino *tenha partido de Aurélio Pires, neto de uma irmã de Joaquim Felício — Maria Silvana dos Santos Machado, Baronesa de Guaicuí — a idéia de publicar em rodapé no "Estado de Minas", como folhetim, o* romance indígena *do historiador. Pires, que então estampa em folheto, pela tipografia do "Estado", a tradução em prosa que fez da* Evangelina *de Longfellow, deve ter revisto o texto, que apareceu em livro em seguida (era o costume) a fim de aproveitar a composição tipográfica. Recebeu este uma escanhoada "parnasiana", que reviu colocação de pronomes, assonâncias deselegantes, pequenas distrações e as gralhas mais evidentes: tudo aquilo que pareciá a esses jovens interessados em antigalhas torná-lo mais consentâneo ao gosto exigente da Arte Nova. Doente na Diamantina, longe da sua cadeira no Senado, como terá recebido o autor essa mostra de interesse da gente moça pela obra escrita trinta anos antes?*

Nessa mesma época, apoiado num dos capítulos célebres das Memorias, *Olavo Bilac evocava em cores vistosas o tempo mineiro*

Digitalizado com CamScanner

outrora no volume que acabava de tirar do prelo, Chronicas e Novellas, 1893-1894 *(Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894). Tratava-se de reminiscência da temporada recente em Vila Rica, quando na companhia de amigos mais íntimos, vivia em constante mergulho imaginário nas remotas eras d'El Rei e dos seus capitães-generais — período que ele ainda haveria de recriar no discurso de recepção a Arinos na Academia, em 1903. Concluía assim miniatura de época rebuscada: "Todo esse espetáculo me passava em sonho pelos olhos, quando, sentado ao sopé do cruzeiro do Padre Faria, eu vivia a existência dos fiéis de outrora e reconstruía os costumes perdidos, estudados na leitura daqueles que, como o ilustre Dr. Felício dos Santos, tomaram a si a tarefa de historiar o início da civilização mineira." O depoimento é expressivo pelos próprios termos em que se propõe: costumes estudados na leitura...*

Esse ano de Chronicas e Novellas *e da reedição ouro-pretana da* Acayaca *é ainda aquele em que Afonso Arinos, com 26 anos, escreve* A Fuga (fragmento de um conto historico), *datado* abril de 94. *Época talvez em que compôs também* O Contractador dos Diamantes (Episodio do Seculo XVIII) fragmento, *conto homônimo da peça de dez anos depois. Um e outro são versões pessoais, realizadas com o lavor cuidado de prosa artística, de dois dos mais emocionantes episódios das* Memorias *— o capítulo IX, com os sonhos e pompas do "tempo dos Caldeiras", e o capítulo XX, relato da evasão conjunta de José Basílio agrilhoado a João Bago, galés da Intendência. Acompanhando de perto o texto feliciano neste último — expressivamente dedicado a Aurélio Pires — Arinos substitui os nomes reais das personagens por Isidoro e Bento; isto não só para aureolar com o prestígio patriótico do "Mártir" o seu trânsfuga, mas ainda preservar o decoro literário e o imperturbado bom-gosto da sua escrita. O mesmo movimento que o levava estilizar "Pau do Choro" em "Árvore do Pranto" e que Brito Broca tratou em outro ensaio de* Pontos de Referência. Pelo Sertão, *volume que engloba as duas narrativas, projetado para sair em 1895, apenas apaceria nas livrarias em 1898.*

No princípio do século o contista voltaria ao tema do contratador infeliz, sobre o qual compôs em 1904 (data em que visita a Diamantina a fim de conhecer os cenários originais) uma das peças mais harmoniosas e bem construídas do nosso repertório dramático, obra de feitura cuidadosa, de andamento equilibrado. Estaria no teatro a verdadeira vocação de Arinos? Escritor poderoso mas de fôlego breve, voltado para o flagrante decisivo em que a personalidade inteira se recompõe num momento, esse pintor de manchas, *anotador precioso de tipos e paisagens, ágil desenhista de estados de alma e momentos de transição psicológica, talvez não tenha dado a neces-*

Digitalizado com CamScanner

sária importância à experiência de O Contractador dos Diamantes. Exigente na forma, que revia continuadamente, não chegou a concluir os dois romances de ambiência mineira e setecentista que parecem esboçados no mesmo período — Ouro! Ouro! e O Mestre de Campo. Ainda no diálogo elegante e natural dos figurantes dessas narrativas perpassam de tanto em tantos alusões a episódios da crônica tijuquense referidos por Felício.

Com o pseudônimo de Henri Lesongeur encetava Coelho Neto para a "Gazeta de Notícias" fluminense em 1897, "sem plano, sem uma nota", fiado, ao que parece, na capacidade de invenção onímoda que se atribuía, um novo folhetim de título intrigante, O Rajah do Pendjab. Estória de vinganças em cadeia passando de pai a filho em cenários agrestes do Brasil do Século XVIII, nela intervinham paulistas de truz, reinóis com maus bofes, índios bravos e domesticados, escravos mandingueiros vingativos, num emaranhado de ações, reações e transações de enumeração tão difícil quanto inútil. Na linguagem ampulosa cara ao autor o enredo vai seguindo da primeira para a segunda parte com violentas peripécias contíguas ao escabroso, sempre sopeado a tempo a fim do folhetim poder continuar presente na folha. A terceira jornada, que enverga a seda fina do título, coroa o romance. Em corte de efeito no tempo e no lugar da ação, o último livro abre-se com a frase: "No ano de 1790 era extraordinário o fausto no Arraial do Tijuco, em Minas Gerais." Todo o capítulo reproduz ou comenta literalmente o "fidelíssimo cronista que grandes serviços me vai prestando". Quinze páginas cerradas de aspas com o texto original das Memorias criam preguiçosamente a atmosfera. E a ação se reinicia com o arrendamento da célebre Chácara da Xica da Silva ao Morgado, filho de João Fernandes de Oliveira, por parte do misterioso emissário do Rajá do Pendjab; este, segundo se dizia, viera estudar in loco os métodos de mineração aplicados no Tijuco pela Real Fazenda.

Pacotilha que sabe quanto vale, essa modesta extravagância mahrajoara, pela qual não perpassa a menor brisa de humorismo, possui o absorvente interesse do Kitsch em estado puro. Erudição taj-mahal, erotismo espirítico-mortuário, travestimentos de donzelas apaixonando donzelas, matricídios terríveis em casas assassinadas — são algumas parcelas de soma que consegue efeitos muito loucos. A nosso ver, o grande momento do livro chega após a simpática descrição do dia-a-dia do Arraial e a intimidade do sobrado nobre dos Saavedra. É a mágica recepção que o Rajá oferece à nobreza do Tijuco numa Palha transfigurada pela fantasia verbalizante do autor. O lago resplandecente de galeras douradas e o parque de Sinhá Chica todo empavesado de orientalismos convencionais é viagem difícil de esquecer. Muito provável portanto que os "gádaras" importados pelo

Digitalizado com CamScanner

Rajá e a "voz das bailadeiras a cantar o dekhamin" ainda ressoem, quase trinta anos depois, no meio-refrão "Tem festas do Tejuco pelo céu!" que vai e volta no "Noturno de Belo Horizonte", de Mário de Andrade. O volume sai em 1898 e é reeditado em 1927, no Porto. A edição original é dedicada a um excêntrico: Leopoldo de Freitas, que por certo lera com entusiasmo o folhetim e também se encontrava em Minas ao tempo da Revolta da Armada.

Outro, naturalmente, o tom de Felisberto Caldeira, Chronica dos Tempos Coloniaes, *de Rodrigo Octavio —, um ensaio bastante documentado que incursiona discretamente pela ficção. Além das inevitáveis abonações das* Memorias, *discutidas em diversos pés-de-página, nele está presente a* Acayaca, *que fornece ao volume (concluído em 1899, impresso no ano seguinte, com reedição de 1921) todo o elemento mítico dos capítulos iniciais. Terá ele levado Afonso Arinos a persistir na idéia da sua* peça brasileira; *talvez tenha chamado também a atenção de Euclides da Cunha para a crônica de Felício. Em 1903, no 21 de abril, publicava Euclides em "O Estado de S. Paulo" o ensaio "Garimpeiros", que é verdadeira resenha das* Memorias: *resenha lírica e penetrante interpretação ideológica. O autor recolhe e reelabora os contrastes e confrontos ínsitos no texto original, numa síntese candente onde tem lugar como que a complementação documentária e visualizante da matéria. Homenagem silenciosa em que o urânio do historiador mineiro, enriquecido pelo ensaísta de gênio, alcança nova dimensão.*

Desde essa época o material feliciano, definitivamente integrado no contexto cultural brasileiro, fornece matéria aos mais diversos escritores: Gustavo Barroso, Viriato Correia, Agripa de Vasconcelos... Este último, assumindo em outro nível a antiga ingenuidade de Antonio Vaz Pinto, tenta coordenar o passado mineiro num painel novelesco que também inclui o "ouro" e o "diamante"; seu Chica que manda *(1965) é a tábua tijuquense desse políptico narrativo que deseja englobar a crônica da madrugada mineira.*

No início do século o simbolista Edgar Mata havia esboçado, em prosa de trança larga, o conjunto de lendas e tradições do Tijuco, sua terra; dois grandes poetas do neo-simbolismo — dois poetas-donas — poriam em verso cinqüenta anos depois, e quase simultâneamente, diversos elementos do mesmo fabulário. "Lenda da Acaiaca", que integra Madrinha Lua, *de Henriqueta Lisboa, canta com soturna emoção a "fria maravilha" do aparecer das pedras lúcidas. Toda a mineral solitude do enredo feliciano encontra indelével eco elegíaco nesse andamento grave de balada. No* Romanceiro da Inconfidência, *Cecília Meireles com volubilidade e propriedade surpreendentes glosa as mais diversas passagens das* Memorias — *da desco-*

Digitalizado com CamScanner

berta do diamante ao exílio do Padre Rolim. Os Romances dedicados ao Caldeira e à Chica da Silva (estes últimos constituindo quase um pequeno ciclo sobre "a dona do dono do Serro do Frio") acabarão absorvidos pelo populário nacional, tal a irresistível espontaneidade do estro. Seria talvez o feitiço do tema —, que havia provocado também o humor duplamente negro do "Dona Chica", de Raul Bopp (em Urucungo), *flagrante colhido em Joaquim Felício através do conto de Gustavo Barroso "Salomé do Sertão", presente em antologias...*

Mais afim à maneira estilizada de O Contractador dos Diamantes *de Arinos, um leitor atento das* Memorias, *Antonio Callado, extrai do seu contexto os dois atos de* O Tesouro da Chica da Silva *(1960), peça cuja linha simbólica fina e firme, análoga à tensão secreta de certos desenhos de Guignard (cenarista ideal para esta fantasia alegórica que tem algo de Giraudoux e Anouilh), fornece nova dimensão ao mito da negra resplandecente do Tijuco. De quem se apropria agora o cinema (1976) no filme de Carlos Diegues com argumento de João Felício dos Santos. Sobrinho-bisneto de Joaquim, o romancista de* João Abade e Cristo de Lama, *partiu desse roteiro para a explosiva criação de uma narrativa rabelaisiana. No seu* Xica da Silva *o caótico libertar da imaginação e da linguagem coloca impetuosamente em movimento aquela situação-limite. A irracionalidade de uma História fundada na espoliação e no arbítrio encontra a sua imagem essencial através do grotesco. Neste espelho convexo apenas a força criadora do instinto consegue, com a gratuidade, enfrentar o arbítrio todo-poderoso e sem freio, arbítrio que só se submete a outro imediatamente superior. Com funcionalidade elizabetana João Felício regista essa realidade, fazendo convergir espírito do tempo e cor local para o núcleo do seu protesto. Retoma assim a herança netiana — pois* Rei Negro *foi livro sem dúvida fundamental para a ficção do autor — seja no vôo visionário e generoso do projeto narrativo, seja no chão exuberante da escrita. Livre esta das peias eduardianas da* belle époque, *assume, em deliberada provocação, o contexto hílare do diálogo aristofanesco. A melhor maneira de dessacralizar de vez a atmosfera "historificada", devolvendo o* "meneio popular" *(diria João Salomé Queiroga) a ela indispensável. Todo um novo horizonte para as tradições reportadas pelo escritor romântico.*

Tradições que Aires da Mata Machado Filho continuaria a recolher e analisar, no contexto psicológico e social contemporâneo, em Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina, *agudo ensaio interpretativo herdeiro das* Memorias, *cuja sagaz agilidade possui o mesmo timbre raro da prosa e da informação felicianas. Dessa obra que o historiador social de* O Negro e o Garimpo em Minas Gerais *consi-*

Digitalizado com CamScanner

dera "ponto de partida" daqueles que se voltaram como ainda dos que hão de se debruçar sobre o assunto.

Como a acaiaca do romance, as Memorias do Districto Diamantino *continuam a estender pela cultura brasileira afora a sombra generosa e o verde perene da sua ramaria.*

ALEXANDRE EULÁLIO

São Paulo, novembro 1975/fevereiro 1976

Para HERBERTO SALES,
diamantinense de Andaraí e Lençóis.

Joaquim Felício dos Santos veio ao mundo a 1.º de fevereiro de 1828 na Vila do Príncipe, sede da vasta Comarca do Serro do Frio, Província de Minas; seu pai aí funcionava no momento como administrador da Casa da Fundição do Ouro. Era dos filhos mais moços de Antonio José dos Santos e de Dona Maria Jesuína da Luz; os mais velhos haviam nascido em diferentes pontos da Demarcação Diamantina — Antonio no Tijuco, João em São Gonçalo do Rio Preto —, localidades onde a família possuía propriedades e atividades inúmeras. O avô paterno — o taubateano José Amador dos Santos — fora Guarda-Mor das Minas do Serro e se ligava a vários clãs de senhores dessas terras, ricas não apenas em ouro e pedras de preço mas ainda em lavouras e pastagens, e se estendiam, mais além do Arraial do Tijuco e das Minas do Fanado, até os sertões do Itacambiruçu, lindeiros com a Bahia. Filho de José Amador foi também o Padre João Floriano dos Santos Correa de Sá, devoto em religião e exaltado em política, muito ancho da prosápia antiga estadeada no seu nome, e que morreu octogenário com as meias e os botões roxos de monsenhor na diocese diamantinense.

Até 1838, ano em que a vizinha Vila Diamantina foi elevada a Cidade, o menino permaneceu no Serro, onde "o mestre-escola Manuel da Costa lhe pôs às mãos a cartilha, a pena de pato e a tabuada" (Teixeira Neves). Na novel cidade, para onde segue com os pais, decifra a gramática latina. O levante liberal de 1842 encontra toda a família alinhada com os revoltosos; entre estes encontram-se o Padre João Floriano e o primogênito de Antonio José, Antonio Felício, obrigados a se esconder após o "fogo

Digitalizado com CamScanner

do Mendanha" de que participaram. Pouco depois parte o moço Joaquim para Congonhas do Campo com o fito de concluir aí o curso fundamental e depois fazer em São Paulo o seu Direito. No educandário dos Lazaristas cursa os Preparatórios debaixo da orientação do mano João, dez anos mais velho; este, influído pela figura do tio-padre, ali faz as vezes de lente de Filosofia ao mesmo tempo que se habilita para a carreira eclesiástica. Em breve seguiria (depois de estágio com seu mestre Dom Viçoso, então eleito Bispo de Mariana, que o ordena e o fará em 1847 cônego da Sé) para o doutorado romano *in utroque jure* e dois anos de Paris, onde declina o convite para catedrático em Saint-Sulpice. A brilhante vida intelectual e espiritual dos dois manos, que se emparelha a partir de Congonhas, há de manter curiosa relação dialética até a morte do mais moço.

Companheiro da Diamantina para Congonhas e depois para a capital de São Paulo, onde a meta de ambos é a Academia jurídica, foi o seu coetâneo e contemporâneo Aureliano José Lessa. De temperamentos opostos, eles formarão na Paulicéia em grupos muitos diferentes, devido a timidez e o retraimento notórios de Joaquim Felício e o espírito gregário, boêmio, de Aureliano. Até 1850, data da formatura, embora arredio da exaltada atmosfera dos grupos byronianos (nestes o vate seu conterrâneo sobressai ao lado de Bernardo Guimarães e Álvares de Azevedo), Joaquim Felício participa também, a seu modo, da vida acadêmica; a vocação política então se manifesta em alguns artigos e comunicações para as revistas de estudantes, assinadas JF dos Santos; numa destas discute a vitaliciedade do Senado, um dos cavalos de batalha dele na maturidade. A admiração ligeiramente irônica por José de Alencar, seu contemporâneo nas arcadas do velho convento do Largo de São Francisco, nasce nessa época, fruto das opiniões políticas divergentes que então um e outro assumem.

Regressando à Diamantina, o jovem bacharel se dedica à carreira e ao ensino. Pouco depois volta da Europa (1852), coberto de prestígio, o irmão cônego, que de Mariana logo se iria transferir à Diamantina, convidado para dirigir o ateneu que aí se funda no ano seguinte, o São Vicente de Paulo. Assessorado por um grupo brilhante de mestres, entre os quais Lucindo Passos Sênior e Joaquim Felício, o Cônego João Antonio orienta o colégio até 1859, substituído por Lucindo até a dissolução do mesmo em 1863. Toda uma elite que depois há de se destacar no panorama nacional ou provincial passa pelos bancos do Ateneu São Vicente de Paulo, diversos deles vindo a se tornarem depois, na arena política, companheiros dedicados de Joaquim Felício: Couto de Magalhães, Teodomiro Alves Pereira, Antonio Gonçalves Chaves, João Júlio dos Santos, Lucindo Passos Filho, Joaquim Vieira de Andrade, Antonio Felício dos Santos, Pedro Fernandes, Flávio Farnese, João da Mata Machado, Francisco Correa Rabelo, Teófilo Pereira da Silva, João Nepomuceno Kubitschek... É aliás nesse mesmo ano de 1853, quando o prestígio econômico e intelectual da Cidade atinge ponto muito alto, que a Diamantina, "atenas risonha", é criada sede de bispado.

Em 1855 casara-se Joaquim Felício com uma sobrinha filha do irmão mais velho —, Maria Jesuína de nome, como a mãe de ambos. Além da atividade no foro e das distrações de docente, a política continua a interessá-lo vivamente; liberal convicto, insatisfeito com a situação do partido no País, resolve levantar a bandeira das idéias na região, já que a cidade, das mais progressistas da Província, possui amplo raio de influência. "O Jequitinhonha", 'folha política e noticiosa' longamente planejada, aparecerá a 30 de dezembro de 1860 como exaltada defensora daquele ideário. O caráter regional e a intenção localista estão bem claros no título da

Digitalizado com CamScanner

gazeta; o rio caudal nasce ali nos arredores do Serro e vai se jogar no Atlântico.

Redator básico da folha, além dos editoriais políticos aí começa a publicar Joaquim Felício a seção *Districto Diamantino*. Roteiro prático das minerações, portanto trabalho de imediata utilidade para a intensa atividade extrativa que tem lugar na área. Assumia ao mesmo tempo a função de repositório das tradições locais, de amplo alcance político por tornar presentes os abusos inacreditáveis, aliás bem recentes, do período colonial. O êxito alcançado pela matéria, que se vai prolongando pelas colunas da gazeta, leva-o a encetar, à margem da mesma, os primeiros esboços de narrativas com sabor local, que aumentam ainda a popularidade da folha. Procura capitalizar esse prestígio candidatando-se nesse mesmo 1861 à assembléia da Província, mas sem êxito; contudo, dois anos depois, em agosto, elege-se deputado-geral (legislatura 1864-1866), tendo de interromper a carreira do semanário. Nele já havia inserido, contudo, nesses três anos de intensa produção, a sua obra de cronista e narrador.

A Câmara dos Deputados representará uma profunda decepção para o idealista incorrigível. Seu projeto de reforma constitucional abolindo a vitaliciedade do Senado, além de outros princípios defendidos pela constituição de Pouso Alegre, não são objeto nem mesmo de consideração do plenário quando apresentados. Profundamente ferido abandona na prática a cadeira de representante da Nação depois dos primeiros meses. Prefere voltar-se para a revisão dos textos dos anos anteriores, transcritos na Corte, e que mereceram o apreço de especialistas. Regressando à Cidade para a sagração do mano João Antonio, eleito Bispo da Diamantina no ano anterior, e já empossado pelo tio João Floriano, vigário capitular, data daí (outubro) a advertência inicial das já então *Memorias do Districto Diamantino*, onde reafirma o espírito bairrista que enforma a sua minuciosa crônica. A novela *Acayaca*, editada em 1866, divide com a obra histórica impressa dois anos depois um êxito 'de estima' muito notável. Entretanto, na política cedia o lugar ao sobrinho Antonio, já doutor em Medicina pelo Rio de Janeiro, e que o ocupa com brilho. Deputado, a partir de 1867, às 13.ª, 17.ª, 18.ª e 19.ª legislaturas, em 1883 Antonio Felício Júnior seria já o primeiro colocado na lista tríplice senatorial, quando da vaga do Visconde de Abaeté. A política tentou envolver também o próprio bispo Dom João. Este, apresentado pelos liberais ao Senado, consegue, à sua revelia, com o prestígio do cargo somado ao da pessoa, alcançar ele também, em 1868, o terceiro lugar da ambicionada lista. Os Felícios acostumam-se desse modo a freqüentar a ante-sala da câmara alta sem maiores esperanças de nela penetrarem.

A crise política nesse ano de 1868, provocando extrema radicalização em momento crítico da guerra externa, leva os liberais da Diamantina a uma reunião de esforços que faz ressucitar "O Jequitinhonha". Em 1871 será este o primeiro órgão da imprensa mineira a se declarar sem subterfúgios republicano e disposto a acompanhar o programa do *Manifesto* do ano anterior, conforme o declara na edição de 1.º de janeiro. Desde o segundo número da segunda fase do semanário aparecem as *Paginas da Historia do Brazil escrita no Anno de 2000*, curiosa ficção satírica em que Joaquim Felício finge um historiador do futuro a escrever a crônica daquele momento e que desmascara a "farsa" política do tempo. De meados de 1868 a meados de 1873, o autor prossegue inabalável na sua caricatura. Espirituosa e agressiva, a partir de inícios de 1870 o *Anno de 2000* passava a imaginar uma excursão de Dom Pedro II pelo futuro, visita patética ao mundo novo republicano do porvir, onde ninguém mais se lem-

Digitalizado com CamScanner

brava de certo vago soberano constitucional que reinara sobre o Brasil durante o Século XIX. Documento curiosíssimo desse momento, utopia em ritmo de *vaudeville*, onde o desforço pessoal assumia os vinte rostos da paródia, possui ele importância análoga à obra literária publicada no primeiro momento do semanário. Aliás, nesta nova fase a redação contava com um belo grupo de jornalistas e escritores mais moços: Teodomiro Pereira, Carlos Ottoni, Antonio Felício, Correa Rabelo, João Kubitschek... Nova geração ligada ao ultra-romantismo, se eles aparecem de modo geral tocados por certo verbalismo exteriorizador alheio ao temperamento de Felício, a sua presença vai ser decisiva para a dinamização e a radicalização da folha. Até 1875, ano em que já amorteceu o impulso que levara o jornal a essa nova dentição, "O Jequitinhonha" polariza um dos momentos expressivos da cultura mineira no século, cristalizando definitivamente o prestígio letrado da Cidade provinciana. Durante boa parte desse período (1872-1876) Joaquim Felício aí exerce a função de Juiz Municipal.

Nesse momento toma corpo o plano da instalação no Biribirí, a uns 13 quilômetros da cidade, de uma fábrica de fiação e tecidos; partindo do Dr. Antonio Felício, campeão da indústria nacional, membro ativo e entusiasta das exposições que dela organizam a partir do decênio de 70 na Corte, é adotado com entusiasmo pelo Bispo e irmãos. Embora Joaquim Felício participe da empreitada em menor escala, de fins de 1875 até janeiro de 1877, data da abertura da fábrica, ele tem de tomar inúmeras providências para Santos & Cia. A maquinaria, importada dos Estados Unidos (Massachussets), segue de Juiz de Fora para Santa Luzia em carros de boi, depois por via fluvial, Rio das Velhas e Paraúna afora, abrindo-se uma trilha nova daí até o belo desfiladeiro do Biribirí.

Sendo Ministro da Justiça do Gabinete Sinimbu Lafaiete Rodrigues Pereira, insinuou-se a Felício em 1878, durante uma sua estada na Corte, que o Governo receberia de bom grado e real interesse um projeto de Código Civil elaborado pelo jurista e intelectual da Diamantina; a ação dele no foro era conhecida em toda a Província, e assim os substanciosos pareceres que lhe eram pedidos de diversos pontos do País. Surpreso no primeiro momento, ele acaba por assumir a empreitada. Retirando-se para a Chácara das Bicas, nos arredores da Cidade, durante quase três anos de trabalho continuado — de agosto de 1878 a princípios de 1881 — redige *Apontamentos para o Projecto do Codigo Civil Brazileiro*, que encaminha à Corte em março do último ano e serão logo estampados pela Tipografia Nacional. Saraiva sucedeu a Sinimbu, mas o Ministro da Justiça do novo Gabinete, Manuel de Sousa Dantas, constitui comissão de jurisconsultos para opinar sobre o mesmo, que a 27 de julho emite parecer. Encarecendo o esforço do autor, não julga contudo os *Apontamentos* suficientemente estruturados para constituírem projeto e convidam Felício a desenvolvê-los. Transformada em comissão permanente com a participação do autor, reune-se brevemente com este, que se desloca para a capital do Império em janeiro do ano seguinte. O encontro foi protocolar e brevíssimo durante talvez meia hora. Levando a comissão mais de dois meses para marcar novo encontro, a 3 de março dela se demite indignado Joaquim Felício, que permanecia no Rio de Janeiro à disposição da mesma. No 16 seguinte, um grupo de deputados mineiros (entre os quais o sobrinho Antonio) apresenta o trabalho sob a forma de projeto à Câmara; julgado objeto de consideração é, novamente impresso, encaminhado a uma comissão especial de deputados. Aí esperará melancolicamente até 1886 o parecer contrário, que então o irá rejeitar de vez "por questões de método".

Digitalizado com CamScanner

É certo haver o ressentimento de Joaquim Felício espicaçado o lado combativo do seu temperamento. Assim, ao mesmo tempo que empreende a redação dos extensos comentários ao seu projeto, que pretendiam refutar as críticas recebidas, aceita candidatar-se em 1883 ao Senado pelo Partido Republicano. Não se classifica entre os mais votados, como é então o caso de Antonio Felício, e prossegue nos seus trabalhos jurídicos. De 1884 a 1887 aparecerão anualmente os cinco grossos tomos dos *Commentarios* (o terceiro e o quarto são de 86), que variam das trezentas e poucas às quatrocentas e noventa páginas. Indiferente a eles o novo Ministro da Justiça dissolve em 1886 a inoperante comissão convocada para a elaboração definitiva do Código Civil cinco anos antes. Somente em 1889 é nomeada uma nova, esta debaixo da presidência do próprio Imperador, e que prescinde do concurso de Felício. Candidato ao Senado pelo Partido Republicano em 88 e no ano seguinte, coloca-se nesta última eleição em segundo lugar na lista tríplice. Não sem declarar que, mesmo escolhido pelo Poder Moderador, não assumiria a cadeira. Num rompimento definitivo, com altivez combinava ele nessa afirmação mágoa pessoal e posição ideológica intransigente. O Imperador indicou o terceiro colocado.

O 15 de Novembro modificaria em parte este quadro. Nas eleições de novembro de 1890 Joaquim Felício dos Santos é eleito senador pelo Estado natal. Na Constituinte aclamam-no presidente dos trabalhos preparatórios da Constituinte; cabe-lhe regulamentar a nova lei eleitoral. Concluída esta, é, no entanto, considerada pouco oportuna naquele momento, dadas as garantias "excessivas" que fazia cercar a expressão da opinião, inclusive por atribuir demasiada ênfase às medidas contra as fraudes eleitorais. No Senado (onde em 92 e 93 será membro da Comissão de Constituição e Poderes) esse homem obsessivo apresenta em julho de 91, adaptado à República, o *Projecto de Codigo Civil.* A Comissão de Legislação e Justiça da câmara alta encaminha-o a outra, especial, que esgota o tempo do mandato sem dar parecer. Em setembro, no entanto, proposição aprovada em primeira instância manda adotar o Projeto Felício dos Santos com as alterações e melhorias se fizessem necessárias. A Comissão Técnica decide contudo que deveria ser aguardada a conclusão do Projeto Coelho Rodrigues, encomendado pelo Governo Provisório da República, parecer que o plenário acata. Chega finalmente ao Senado, em 1893, esse segundo projeto; também ele (três anos depois) será recusado. Nessa data, já falecido Joaquim Felício, insiste o Senador Coelho Rodrigues fosse então encaminhado o projeto do jurisconsulto mineiro, consoante a proposta de setembro de 1891. Sem êxito.

Em fins de 93 Felício, que se havia comportado com grande fibra durante a Revolta da Armada e mesmo enfrentado Floriano numa entrevista senatorial no Itamaraty, retirou-se doente e alquebrado para a Diamantina. Permaneceu então a maior parte do tempo no Biribirí, onde, em torno da fábrica, família e agregados se organizam nessa curiosa transição entre formas de sociedade patriarcal e industrial. A *Acayaca* é reeditada em 1894 em Ouro Preto, primeiro como folhetim do "Estado de Minas, depois em forma de volume. O seu autor sobreviveria ao livro menos de ano. Viria a falecer a 21 de outubro de 1895, nesse povoado que ajudara a fundar e onde os ossos dele jazem hoje conforme a sua vontade.

A. E.

Digitalizado com CamScanner

SUMÁRIO

CAPÍTULO I 41

Bandeiras de aventureiros em busca do ouro no Serro Frio. *Ivituruí.* Primeira *Bandeira* em direção ao Jequitinhonha. Os aventureiros. Lavras do Piruruca. O pelourinho. Segunda *Bandeira.* Lavras do Tijuco, suas riquezas, fundação do arraial, seu engrandecimento. Outras povoações ao redor. Digressão.

CAPÍTULO II 45

Descoberta do ouro nas Minas. O quinto em 1700: rigores na fiscalização de sua cobrança; seu rendimento até 1713. Contrato de trinta arrobas em 1713. Derrama. Mais impostos. Direitos de entradas. Casa de fundição; lei de 11 de fevereiro de 1719. Motim de 1720. Contrato de 37 arrobas. Restabelecimento das casas de fundição.

CAPÍTULO III 49

Descoberta do diamante. Bernardo da Fonseca Lobo. Impedimento das lavras auríferas. Carta régia de 9 de fevereiro de 1730. Júbilo da Corte. Capitação. Regimento de 26 de junho. Afluência de novos mineiros. Vantagens das primeiras explorações. Decreto de 26 de março de 1831, gravoso aos mineiros. Corte de D. João V. Reclamação dos mineiros. Capitação. Incertezas do governo.

CAPÍTULO IV 55

Comércio franco do diamante. Conde das Galveias, Governador. Eleva-se a capitação a 25$600; eleva-se mais a 40$000. Bando de 2 de dezembro de 1733. Aumento de população, que exige novas providências. *Intendência dos Diamantes.* Rafael Pires Pardinho, primeiro intendente. Demarcação das terras diamantinas.

CAPÍTULO V 59

Bando de 19 de julho de 1734. Providências preventivas. Devassas e processos; um exemplo entre muitos. Portaria de 24 de dezembro de 1734. Ordem de 6 de janeiro de 1735. Gomes Freire de Andrade, Governador. Especialidade da Administração Diamantina. O Governador vem a Tijuco. Resolve-se o lavor das terras diamantinas por contrato. Súplica dos moradores da demarcação. Desimpedimento de algumas lavras inúteis.

CAPÍTULO VI 65

Substituição do quinto do ouro pela capitação. Parecer das Câmaras contrário à capitação; oferecem a contribuição anual de cem arrobas de ouro. Medidas preventivas do contrabando. Penas contra os extraviadores. Restrição do giro do ouro em pó. Fixação dos valores do ouro em pó e em barra; meio indireto da cobrança do quinto. Ilusão dos contribuintes. Não se diminuíram os quintos; bando nesse sentido.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO VII 69

Primeiro contrato dos diamantes. O Intendente. Regime do terror, agravado pelos contratos. Condições do primeiro contrato. Bando de 26 de agosto de 1739. Companhia dos Diamantes. Nova demarcação das terras diamantinas. *Os traficantes*. Privilégio dos contratadores. Como se exterminavam as pessoas *suspeitas;* um exemplo entre muitos. Representação do Senado da Vila do Príncipe: resposta do Intendente; humildade do Ouvidor. Aversão aos advogados. Justiça à turca. Queixa dos mineiros. O Intendente sempre pendia em favor dos interesses da Fazenda; exemplo. Pardinho pede sua demissão.

CAPÍTULO VIII 77

Plácido de Almeida Moutoso, segundo Intendente, extermina as pessoas sem ocupação. Bando contra as *quitandeiras*. Segundo contrato dos diamantes. O estrangeiro aufere mais lucros que o Governo português. Diamantes do Serro Frio; sua abundância. O contrabando. O *garimpeiro*. Uma *garimpeira*. Negros fugidos. Licença por escrito. Minas do Paracatu. Bando sobre os comboieiros.

CAPÍTULO IX 83

Terceiro contrato dos diamantes. Os Caldeiras. Felisberto Caldeira Brant. Cláusulas do terceiro contrato. Tolerância do contrabando. Bem-estar do Tijuco; bailes; educação moral. Francisco Moreira de Matos, Intendente interino. Carta do Governador. Desleixo da administração; providências. O Governador vem a Tijuco. Ordem de 25 de setembro de 1751. Sancho de Andrade Castro e Lanções, terceiro Intendente. Buscas.

CAPÍTULO X 89

Decadência do terceiro contrato; roubo do cofre; prejuízo em Goiás; alteração de suas condições. Reinado de Dom José I. Marquês de Pombal; suas reformas. Desavenças entre Felisberto Caldeira Brant e o Ouvidor da Vila do Príncipe. O Contratador é perseguido, e queixa-se ao Governador; recalcitrância do Intendente. Denúncias contra os Caldeiras; são atendidas. Letra recambiada. Ordena-se a prisão do Contratador, que é encarregada ao Ouvidor; qual a razão? Confiança das autoridades na Corte. O Governador vem ao Tijuco. Prisão do Contratador; lacram-se as portas de suas casas; prevenção de tumultos. Felisberto é levado a Vila Rica em correntes; intuito de perdê-lo. Perseguição contra seus devedores. O Fisco. Prisão no Limoeiro. Terremoto de Lisboa.

CAPÍTULO XI 99

Descaminho do ouro. Sistema da capitação em substituição ao quinto; seu rendimento; seus inconvenientes. O quinto era direito senhorial. Seu restabelecimento em 1750. Incertezas do Governo no modo de tributar o ouro. Contrato das cem arrobas. Casas de fundição. Mineração do ouro na Demarcação Diamantina. Morro de Santo Antônio; suas lavras auríferas. Riquezas ainda não exploradas.

CAPÍTULO XII 105

Quarto contrato dos diamantes; terras que lhe são demarcadas. Lei de 11 de agosto de 1753; suas disposições. Tomás Robi de Barros Barreto, quarto Intendente. Edital sobre lojas de fazendas. Representação dos negociantes da Vila do Príncipe. Importância das municipalidades; sua decadência atual. Os bandos. Colônia na colônia. Alguns fatos. Bando de 5 de agosto de 1755.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO XIII 111

Minas Novas do Fanado; impedimento de suas lavras; instruções de 20 de setembro de 1757 para sua guarda; edital para o mesmo fim. Ordem de 29 de setembro de 1757. Exploração do salitre. Francisco José Pinto de Mendonça, Intendente interino. Um trecho do relatório do quarto contrato. Monopólio dos contratadores.

CAPÍTULO XIV 117

Arrecadação das rendas públicas; como se fazia; exceção quanto à dos diamantes. Quinto contrato; suas condições. Sexto contrato. Favores aos Contratadores. O quinto contrato corre só por conta do Desembargador João Fernandes de Oliveira. Contrabando pouco perseguido. Chegada de novos colonos. Prosperidade do sexto contrato; exemplo; gupiara do *Lava-Pés*. Mineração no Jequitinhonha. Catástrofe do *Acaba-Mundo*.

CAPÍTULO XV 123

Poderio de João Fernandes. Francisca da Silva. Simão Pires Sardinha. Chácara da Xica da Silva. Igreja do Carmo. Ambição do Contratador. Invejosos; denúncia. Idéias de independência. Vem a Tijuco o Conde de Valadares; é obsequiado por João Fernandes; postre de folhetas de ouro; mais ouro para remir uma hipoteca. Um prego mandado de Vila Rica. João Fernandes é chamado a Lisboa; hesitações calculadas do Governador. Fim do sexto contrato. Morgados. Morgado de Grijó. Morte de João Fernandes.

CAPÍTULO XVI 131

Fim do sistema dos Contratos. *Real Extração*. Regimento Diamantino ou *Livro da Capa Verde;* era a compilação das disposições anteriores; suas principais disposições. Palavras do Dr. Couto sobre o Regimento Diamantino. Abundam os braços. *Bilhete da Extração*.

CAPÍTULO XVII 137

O Fiscal dos Diamantes. Primeiros serviços da Extração. Disposição dos diamantes extraídos. Francisco de Sousa Guerra, Intendente Interino. Correios. Remessa dos diamantes. João da Rocha Dantas de Mendonça, sexto Intendente. Carestia de 1773. Falta de lavras auríferas. Abundância de diamantes. Redução dos serviços da Extração. Dano dos mineiros. Carta reservada da Diretoria. Derrama para pontes. Demissão do primeiro caixa; é reabilitado quatro anos depois. Edital de 18 de março de 1775. Rendimento do imposto do ouro. Derrama para o preenchimento das cem arrobas. Embaraços do Senado da Vila do Príncipe; conflito com o Intendente do Tijuco. Suspensão das derramas.

CAPÍTULO XVIII 147

José Antônio de Meireles Freire, sétimo Intendente. Anedota. Ordens preventivas do contrabando. João Carneiro da Silva. Coragem evangélica do Dr. Brandão. Exploração da Serra do Itacambiruçu. João Costa, chefe de garimpeiros. Quixotadas do Governador. Os garimpeiros são expulsos da Serra; mas as explorações não dão vantagens. Reaparecem os garimpeiros. Apuros da administração. Prisão de João Costa; é processado e condenado.

CAPÍTULO XIX 155

Antônio Barroso Pereira, oitavo Intendente. Contrabando. Desinteligência entre a Junta e o Governador. Projeto louco deste. Traças e recursos dos

Digitalizado com CamScanner

contrabandistas; os *capangueiros*. Facilidades do extravio. Humor da Diretoria contra a Junta; repreensões amargas.

CAPÍTULO XX 161

Luís Beltrão de Gouveia, nono Intendente. José Basílio, chefe de garimpeiros; sua evasão do serviço das galés; sua última prisão; seu interrogatório; é condenado. Carta da diretoria de 13 de julho de 1789. Redução das casas de negócios. A *Inconfidência*. O Padre José da Silva e Oliveira Rolim.

CAPÍTULO XXI 167

João Inácio do Amaral Silveira, décimo Intendente. Estado do espírito público em Tijuco nos últimos anos do século XVIII; repercussão do que ia na França. O Regimento Diamantino já anacrônico; João Inácio não o compreendeu. A consignação é reduzida; conseqüências. Despesa da Extração. Aluguéis dos operários em diferentes tempos. O que motivara a ordem de 3 de março de 1795. Calamidade. Desimpedimento do Paraúna, fora da Demarcação.

CAPÍTULO XXII 175

Bilhetes da Extração; seu valor em diversos tempos. Serviço do Monteiro. João Inácio; seu governo despótico. O Fiscal João da Cunha. Casas de negócios da Vila do Príncipe. Conflito entre o Intendente e o Senado da Vila do Príncipe; questões com o Governador. O Intendente e Bernardo José de Lorena.

CAPÍTULO XXIII 183

Instruções de Maximiano de Oliveira Leite. Missão do Dr. Couto; oposição do Intendente; aleive do Governador. Despejos. João Inácio é chamado a Vila Rica. Regime do terror. Reações populares. José Joaquim Vieira Couto, Procurador do povo; é preso pelo tribunal do Santo Ofício, instrumento dos fracos governos de Dona Maria I. Maçonaria. Hipólito José da Costa. José Elói Ottoni. Junot. Fim do Procurador do povo.

CAPÍTULO XXIV 191

Carta régia, de 28 de abril de 1800. Bernardo José de Lorena vem a Tijuco; regozijos públicos. Recalcitrâncias do Intendente. Requerimento do povo. Tentativa falhada de conciliação. O Intendente e Fiscal são suspensos. Modesto Antônio Mayer, décimo-primeiro Intendente. Satisfação, festejos públicos, baile, lacinho de fita preto. Interdição de água e fogo. Insultos grosseiros. Busca no quartel do Milho Verde. Devassa. Retirada do Governador. Festejos na Conceição. João Inácio, vítima do Regimento Diamantino.

CAPÍTULO XXV 201

Intendência de Modesto Antônio Mayer. Reações. Remessa de diamantes para Lisboa. Pensamento de reforma do sistema da extração. Lei de 13 de maio de 1803; suas disposições. Lucros do mineiro. Não se executa a lei, e por quê. Relatório capcioso da Junta. A lei é suspensa. O Governador encarregado de explorar o Abaeté. Lavras do Abaeté; exploração ali tentadas. Desengano. Feliz esterilidade do Governo de Modesto Antônio Mayer.

CAPÍTULO XXVI 207

Contrabando do ouro exercido pelos comerciantes. O comboieiro. Lei de 13 de maio de 1803; suas disposições. *Bilhete de permuta*. Imposto indireto.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO XXVII 211

Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt, décimo-segundo Intendente. Intendente brasileiro; sua vida; seu caráter; seu patriotismo; testemunho de Saint-Hilaire. Vinda da Corte para o Brasil. Reforma da Administração Diamantina.

CAPÍTULO XXVIII 215

O ferro em Minas. Câmara autorizado a estabelecer uma fábrica de fundição; escolha do Morro do Pilar para seu local; em 1815 funde a primeira barra de ferro. Restabelece-se a verdade alterada em um longo capítulo da *História do Brasil* de Varnhagen. Reivindica-se para o nosso patrício a glória de ter sido o primeiro fundidor de ferro no Brasil. Benéficos resultados da Fábrica do Pilar; sua decadência, e afinal completa ruína.

CAPÍTULO XXIX 223

Extração do salitre. Nitreiras da Serra do Cabral; missão do Dr. Couto para examiná-las; seu relatório. Vantagens de uma fábrica de pólvora, que não se realizou. Fábrica de pólvora do Rio de Janeiro. Monopólio. Câmara franqueia o fabrico da pólvora.

CAPÍTULO XXX 227

Máquinas para a mineração do diamante. Câmara reformador. Serviço do Monteiro. Melhoramentos. Relatório de 1813. A Diretoria recomenda economia. Câmara organiza uma companhia de mineiros. Revogação do art. 9.º do Regimento Diamantino. Obras dispendiosas de Câmara. Serviço do *Poção do Moreira*. Aumento da dívida da Extração: descrédito de seus bilhetes. Câmara vai à Corte; obtém o decreto de 14 de setembro de 1816. Suas disposições. Desimpedimento das lavras.

CAPÍTULO XXXI 235

Festejos em Tijuco por ocasião da aclamação de Dom João VI e desposório do Príncipe Dom Pedro.

CAPÍTULO XXXII 239

Isidoro, o garimpeiro; sua vida, prisão, martírio e morte. Câmara não pode ser justificado.

CAPÍTULO XXXIII 243

Liberdade do comércio. Animação à agricultura e criação. Quintas dos Caldeirões. O Tijuco em 1817. Autoridade especial.

CAPÍTULO XXXIII 243

Revolução constitucional do Porto. É repercutida em todo o Brasil. Seus efeitos no Tijuco. Idéia de um Governo provisório. Exaltados e moderados. Sedição militar no Rio de Janeiro. Entusiasmo; agitação no Tijuco. Chega o Fiscal João da Cunha. Desordens. Os milicianos abraçam a causa popular. Imprudência e obcecação do Fiscal; tenta os meios violentos. O povo triunfa. Reação popular. Frieza nos festejos oficiais.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO XXXV 255

Juramento da Constituição, que fizessem as Cortes de Lisboa; festejos públicos; fala do Tenente-Coronel-de-Milícias Manuel Vieira Couto. Timidez do Governador. Câmara constitucional moderada; era natural. Desconfianças do povo. Restabelece-se a tranqüilidade. Proclamação do Intendente dirigida aos povos da Demarcação; só dá motivo a sátira e comentários. Resposta virulenta e apaixonada. Primeira carta de liberdade.

CAPÍTULO XXXVI 263

Entrada franca na Demarcação. Isolamento do Intendente. Ordem para a convocação de Deputados às Cortes de Lisboa. O Governador absolutista. O Tijuco é reconhecido paróquia, contra o voto do Juiz-de-fora da Vila do Príncipe. Primeiras eleições paroquiais no Tijuco; entusiasmo; patriotismo. Câmara é presidente. Tranqüiliza os espíritos; reivindica sua antiga popularidade. O escrivão dos diamantes. Concluem as eleições de eleitores de paróquia e aprazimento geral. Manuel Vieira Couto em Vila Rica. O Governador vacila. Vieira Couto é acolhido em triunfo por toda parte em seu regresso. Nomeação de eleitores de comarca na Vila do Príncipe. Receios dos eleitores do Tijuco dissipados. Renova-se a idéia de um governo provisório; preparativos; não é realizada.

CAPÍTULO XXXVII 269

O autor entende dever acompanhar os eleitores de comarca até Vila Rica, sem se apartar de seu assunto. Estado do espírito público em Vila Rica. Influência do funcionalismo. Dificuldades para a proclamação do governo provisório. Tentativa de alguns oficiais da tropa de linha. Insultos da populaça. Absolutismo do Governador. Escândalos das eleições da Comarca. Os *provisórios*. Novos insultos da populaça aprovados pelo Governador. Chegam os eleitores da Comarca do Serro Frio; vêem-se coactos; resolvem retroceder. Chegam notícias favoráveis da Corte; mudam-se as idéias. Intrigas dos absolutistas. Eleição dos Deputados. Cerimônias religiosas. Ordem para a instalação do Governo Provisório. Chega a Vila Rica José Maria Pinto Peixoto; suas idéias; sua missão; projeta um rompimento; aproveita a ocasião de um espetáculo público; revoluciona as tropas; tranqüiliza os ânimos. Realiza-se o rompimento; dedicação das tropas. Instalação do Governo Provisório. Pinto Peixoto proclamado Governador das armas com o título de Brigadeiro. Demolição de um padrão de infâmia. Dom Manuel de *Portugal*.

CAPÍTULO XXXVIII 277

Vistas colonizadoras das Cortes. Proclamação de Câmara. Representação da Junta Diamantina. Segundo Governo Provisório. Desimpedimento das lavras auríferas. Câmara retira-se do Tijuco; suas despedidas; sentimento geral. Últimos anos de sua vida; sua morte em 1835; perda irreparável.

CAPÍTULO XXXIX 281

Manuel Caetano de Almeida Albuquerque, décimo-terceiro Intendente. Decadência da Extração; causas; descrédito dos seus bilhetes. Falta de braços; redução da assistência anual. Aura de prosperidade. Inácio Martins descobre o Pagão; natureza do terreno; suas riquezas. É impedido. Venalidade dos guardas postados para sua vigia. Medidas já anacrônicas para prevenir o contrabando. Conseqüências do descoberto do Pagão; riqueza.

CAPÍTULO XL 287

Caetano Ferraz Pinto, Intendente interino; restringe a concessão de lavras. Antônio de Cerqueira Lima, décimo-quarto Intendente. Desimpedimento de

Digitalizado com CamScanner

lavras. A imprensa no Tijuco em 1828. José Cesário de Miranda, décimoquinto Intendente. Anos de fome, 1832 e 1833. Desimpedimento de novas lavras. João Pires Cardoso, Intendente Interino.

CAPÍTULO XLI 291

O contrabando e garimpo acabados de fato. Definhamento da Administração. Falta de recursos. Prosperidade da mineração particular. Decreto de 25 de outubro de 1832; sua inexeqüibilidade. Projeto substitutivo oferecido pela Câmara Municipal; utopia. O decreto não se executa. Projeto de 1836. Estado das terras diamantinas em 1840; relatório da Junta Administrativa.

CAPÍTULO XLII 297

Povoação do Curralinho. O mineiro e o agricultor. Lavras do Curralinho. Resto das tropas da Extração. Manuel Lopes de Faria, último feitor. Desânimo do Intendente. Invasão do Curralinho. Sepultura da Extração nos campos do Curralinho. Não se pagam seus bilhetes. Causas de sua decadência e final extinção. Ocupações. Últimas disposições legislativas sobre as terras diamantinas.

Digitalizado com CamScanner

AO LEITOR

(Da primeira edição)[1]

No ano de 1862 encetei no periódico Jequitinhonha *a publicação de vários artigos sobre o Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais).*

Era minha intenção fazer algumas supressões e publicá-los depois em separado, como aconselhou-me o ilustrado redator do Diário do Rio de Janeiro,[2] *que os transcreveu em suas colunas. Mas alguns amigos, a quem manifestei esta idéia, talvez levados mais do espírito de bairrismo, pediram-me que nada suprimisse. Quem mais ou menos não é bairrista? Não nego em mim esse sentimento. Embora, pois, se me censure alguma minuciosidade nestas* Memórias, *vão publicadas, só com pequenas alterações, como saíram pela primeira vez no* Jequitinhonha.

Diamantina, 1.º de outubro de 1864.

O AUTOR.

1 Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.
2 Quintino Bocaiúva.

Digitalizado com CamScanner

Capítulo I

Bandeiras *de aventureiros em busca do ouro no Serro Frio.* Ivituruí. *Primeira* Bandeira *em direção ao Jequitinhonha. Os aventureiros. Lavras do Piruruca. O pelourinho. Segunda* Bandeira. *Lavras do Tijuco, suas riquezas, fundação do arraial, seu engrandecimento. Outras povoações ao redor. Digressão.*

A fama das riquezas auríferas do Serro Frio, descobertas nos últimos anos do século XVII, atraía grande número de aventureiros de todos os pontos da Capitania de Minas e de outros lugares, que corriam em busca do ouro. Vinham em corpos separados, ou companhias armadas que se chamavam *bandeiras*. Pretende-se que o nome que deram à vasta extensão de terrenos, que depois constituiu uma das mais importantes comarcas da Capitania, é a tradução da palavra *Ivituruí,* que na língua indígena quer dizer *montanhas frias,* em razão do aspecto montanhoso do país e da frialdade do clima. Logo se fundou um pequeno arraial debaixo da invocação de Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, que depois se elevou a Vila do Príncipe, e é hoje a Cidade do Serro.

Pouco tempo depois uma bandeira composta de aventureiros portugueses, mamelucos e sertanistas filhos de São Paulo, muitos dos quais talvez saídos do Arraial da Conceição, que se acabava de fundar, apercebidos de instrumentos de mineração, vieram atravessando serras, matas, rios caudalosos, e chegando às bordas do Jequitinhonha, na paragem que hoje tem o nome de Coronel, deram princípio a um pequeno estabelecimento de mineração; mas logo depois, avexados pelas febres endêmicas, que aí soem grassar no tempo das chuvas, provenientes dos detritos vegetais, que com as enchentes se depositam e apodrecem nas lezírias, levantaram tendas e seguiram rio abaixo até um pequeno córrego, que posteriormente teve o nome de Santa Maria. Aí não encontrando ouro, cuja mineração fizesse conta, resolveram mudar a exploração.

Onde se achavam? Era preciso sabê-lo para não perderem o rumo. Mas não traziam bússola, não possuíam relógio, não conheciam as estrelas: e para quê? Olhavam para o Itambé, que se assoberbava sobranceiro no horizonte, com seu pico sempre coroado de vapores, como o cone gigantesco de um vulcão extinto perfurando as nuvens: era o farol granítico dos viajantes, era o centro de um círculo de sessenta léguas de diâmetro, que podiam revolver sem receio de se extraviarem.

Orientados pela vista do Itambé, deixaram o Jequitinhonha, que não puderam passar, e dirigindo-se para o ocidente subiram a grande serra, que como uma imensa ourela costeia o rio acompanhando-o em suas voltas e torcicolos. Depois de um dia de jornada penosa, por terrenos ínvios, fragosos, quase intransitáveis, costeando serras, evitando paúis, volteando rios, chegaram à confluência de dois córregos, que posteriormente tiveram os nomes de Piruruca e Rio Grande.

Por qual dos rios deviam subir? Uns opinavam pelo da direita, outros pelo da esquerda: cumpria tomar-se uma decisão. Louvaram-se no acaso: não havia razão de preferência. Desenrolaram a bandeira e levantaram-na ao ar; o vento soprava de sudeste, a flâmula voltou-se para a esquerda: foi isso interpretado como um sinal da Providência. Os aventureiros seguiram pelo Piruruca acima.

Digitalizado com CamScanner

Eram homens ousados e intrépidos esses aventureiros, que se embrenhavam pelos sertões das Minas em busca do ouro; de vontade firme, pertinaz, inabalável. Cegos pela ambição, arrostavam os maiores perigos; não temiam o tempo, as estações, a chuva, a seca, o frio, o calor, os animais ferozes, reptis que davam a morte quase instantânea, e mais que tudo o indômito e vingativo índio antropófago, que lhes devorava os prisioneiros, e disputava-lhes o terreno palmo a palmo em guerra renhida e encarniçada. Muitas vezes viajavam por esses desertos, descuidados e imprevidentes como se nada devessem recear. Para eles não havia bosques impenetráveis, serras alcantiladas, rios caudalosos, precipícios, abismos insondáveis. Se não tinham que comer, roíam as raízes das árvores; serviam-lhes de alimento os lagartos, as cobras, os sapos, que encontravam pelo caminho, quando não podiam obter outra alimentação pela caça ou pesca; se não tinham que beber, sugavam o sangue dos animais que matavam, mascavam folhas silvestres ou frutas acres dos campos. Já eram homens meio bárbaros, quase desprendidos da sociedade, falando a linguagem dos índios, adotando muitos de seus costumes, seguindo muitas de suas crenças, admirando a sua vida e procurando imitá-los. Muitas serras, muitos rios, muitos lugares, que conhecemos com os nomes indígenas, foram batizados por eles. Tais eram, em geral, os primeiros descobridores das ricas minas do Brasil.

A bandeira de aventureiros, de que falávamos, levada pela sorte, seguiu Piruruca acima. Subiram um quarto de légua até quase às suas cabeceiras. A noite caía. Levantaram barracas na margem direita do córrego, e aí pernoitaram.

No dia seguinte fizeram uma prova para conhecerem se o terreno era aurífero. Apanharam do leito do córrego um saibro grosso, claro, de envolta com pedras miúdas: é o que se chama *piruruca* em linguagem de mineração, e foi o que deu o nome ao córrego: a palavra parece indígena. Os mineiros muitas vezes usam, por semelhança, da palavra *canjica,* para designarem o mesmo corpo mineral. Lavaram-no e encontraram ouro em abundância. Então trataram logo de se estabelecer. Exploraram as margens, e conheceram que também eram ricas.

Corre a notícia do *descoberto.* Chegam outros aventureiros da Conceição e circunvizinhança. O terreno é vasto e promete acomodar a todos: por isso não aparecem dissensões e rivalidades. A população vai se aumentando, levantam-se alguns colmados ou ranchos, e o lugar em breve oferece o aspecto de um pequeno arraial.

Era costume dos antigos levantarem um pelourinho, quando se fixavam em qualquer parte com intenção de fundar um arraial. Pelourinho é uma picota, que se levanta em lugar bem público, com uma argola de ferro presa no alto, onde se amarram os escravos para serem surrados. Desgraçadamente em muitas de nossas vilas e cidades ainda se ostenta em público esse sinal de barbaria da atualidade.

Os nossos aventureiros levantaram o pelourinho em um cômoro, que dominava a povoação nascente, e o nome do córrego mudaram para Córrego do Pelourinho, denominação que se conservou por muito tempo e se encontra nos papéis antigos da Administração diamantina. Felizmente, porém, o bom-senso do povo, ou o quer que seja que ignoramos e nem trataremos de investigar, resistiu à inovação, e hoje o córrego é só conhecido por seu nome primitivo.

Pouco tempo depois do estabelecimento desta pequena povoação, uma outra bandeira de aventureiros, seguindo quase o mesmo roteiro da primeira, chegava ao mesmo ponto de confluência do Rio Grande e do Piruruca. Estando já ocupado o lado esquerdo, seguiram pelo lado direito, Rio Grande acima. O córrego tomou este nome enfático só por ser um pouco maior que o Piruruca. Iam fraldejando o morro, que se eleva na margem direita do córrego e tinham caminhado um quarto de légua, quando esbarraram ante um vasto tremedal, que não puderam atravessar, por cima do qual serpeava um pequeno arroio, que, nascendo no

Digitalizado com CamScanner

flanco oriental do morro, ia a pouca distância se perder no Rio Grande. Deram ao pequeno arroio o nome de Tijuco, palavra que na língua indígena quer dizer *lama*.

Exploraram o terreno e encontraram ouro em abundância, como não havia notícia de haver aparecido em alguma outra parte da capitania. As terras auríferas estendiam-se desde a raiz do morro até o alto; depois se espraiavam pelas margens e leitos do Rio Grande e de um seu confluente que nasce na serra fronteira e a que deram o nome de São Francisco. O leito do Tijuco ainda era naturalmente mais rico; para aí corriam as águas nativas e pluviais do flanco do morro: era como um bolinete, formado pela natureza, onde se revolviam as terras auríferas, que, desfeitas, corriam, ficando depositado no fundo o ouro, como matéria mais pesada.

Satisfeita com este rico *descoberto*, a horda aventureira fez o seu primeiro estabelecimento na margem direita do Tijuco, no lugar a que deram o nome de Burgalhau, que ainda hoje conserva. Ignoramos a significação e etimologia desta palavra.[1]

Com a notícia das riquezas do novo *descoberto* afluíram, como sucedera no Piruruca, outros mineiros que vieram pelo sul abandonando lavras já exploradas e que não ofereciam tantas vantagens; a povoação foi se aumentando e derramando pela vertente do morro. Tomou o nome do córrego.

Eram assim duas povoações ainda nascentes, ainda fracas, ainda baldas de recursos e de forças suficientes, para, no meio de um deserto infestado de animais bravios e de inimigos encarniçados, os indígenas, poderem subsistir separadas; convinha que se reunissem. O Tijuco, embora mais recente, já era mais populoso, oferecia lavras mais ricas, mais vastas, mais duradouras; e assim naturalmente os mineiros do Piruruca o foram deixando, até que se passaram para o Tijuco, que ainda teve esse acréscimo de população de homens industriosos.

Por esta forma o Tijuco foi se tornando importante. Todo o Burgalhau cobriu-se de colmados. Levantou-se um mais alto, mais bem construído, mais espaçoso, que se destinou para capela. Escolheu-se Santo Antônio para padroeiro, consagrou-se-lhe a capela e veio do Arraial da Conceição um sacerdote, que, consta, tinha o nome de Paiva, e ficou servindo de cura. Assim o Tijuco constituía-se um arraial, tomando o nome do córrego junto do qual fora fundado, e o morro tomou o nome de Morro de Santo Antônio.

É o que narra uma antiga tradição sobre a origem do Tijuco (hoje cidade Diamantina) e que já tivemos ocasião de expor em um outro escrito.[2] Ainda ela diz, que em sua origem o arraial só ocupava o pequeno circuito que abrange as atuais Ruas da Beata, do Burgalhau e do Espírito Santo, além de um ou outro colmado mais distante. O Largo do Bonfim era uma pequena e verdejante campina, sombreada por uma copada gameleira, onde à tarde costumavam se reunir os habitantes fatigados do trabalho do dia a espairecerem em uma inocente e folgazona palestra. A Rua Direita e o Largo de Santo Antônio, hoje aformoseados com ricos e elegantes edifícios, eram uma densa mata, onde os mineiros cortavam madeira para o lavor e construção de seus humildes tugúrios. Gigantescos toros de braúna e de peroba foram cortados em um torrão mais fértil, onde é o Arraial de Baixo, e que então era um covil de feras bravias. As Ruas do Macau, Chafariz, São Francisco e Cavalhada, descendo da Gupiara até o Rio Grande, eram um vasto tremedal, que no tempo das águas se alagava, tornando-se intransitável e servia como de barreira às feras, que, acossadas, pelos índios, subiam pelos desfiladeiros apertado do Arraial de Baixo.

1 Segundo Mawe, "burgalhau é o nome dado a seixos angulosos ou massas sólidas de quartzo que não tem mais de quatro ou cinco polegadas de espessura". — Nota de José Teixeira Neto (1956).

2 Trata-se da *Acaiaca, romance indígena* do autor publicado em 1866. Nota de José Teixeira Neves (1956).

Digitalizado com CamScanner

Continuadamente chegavam mais habitantes para o Tijuco, e se foram espalhando pelas terras ao redor em busca de novas lavras. Fizeram explorações, descobriram ricos serviços nos leitos do Jequitinhonha, do Ribeirão do Inferno, dos Caldeirões, nos Cristais, nas Datas, no Brumadinho e em outros lugares. Foram assim formando-se novas povoações nas circunvizinhanças do Tijuco, que era como o núcleo de que todas dependiam, não só por ser o mais importante, como por possuir a capela única, que então havia.

Enquanto se não descobrem os diamantes no Tijuco, que vai progressivamente em aumento e prosperidade com a mineração do ouro, aproveitaremos a ocasião para dizermos alguma coisa sobre o estado desta mineração na capitania, no tempo de que nos ocupamos.

Digitalizado com CamScanner

Capítulo II

Descoberta do ouro nas Minas. O quinto em 1700: rigores na fiscalização de sua cobrança; seu rendimento até 1713. Contrato de trinta arrobas em 1713. Derrama. Mais impostos. Direitos de entradas. Casa de fundição; lei de 11 de fevereiro de 1719. Motim de 1720. Contrato de 37 arrobas. Restabelecimento das casas de fundição.

Diz-se que a descoberta do ouro nas Minas data do ano de 1695, quando Antônio Rodrigues Arzão, natural de Taubaté, que tinha vindo na caça de índios para escravizá-los, apresentou ao Capitão-Mor, regente da Capitania do Espírito Santo, três oitavas que extraíra, e de que se fizeram duas memórias (anéis).[1] Foi nos primeiros anos do século XVII, depois do alvará de 8 de agosto de 1618, que se estabeleceu no Brasil o tão célebre direito do quinto, isto é, a quinta parte ou os vinte por cento que os mineiros pagavam à Fazenda Real de todo o ouro que extraíssem em suas lavras. Antes desse alvará as lavras se descobriam, e se mineravam por conta da Coroa, por pertencerem as minas aos direitos reais, como dispunha a ord. 1. 2, tít. 26, § 16. A cobrança do direito do quinto em Minas teve princípio no ano de 1700, quando Artur de Sá e Meneses, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, cuja jurisdição abrangia as terras de Minas e São Paulo, criou provedores, superintendentes, escrivães e tesoureiros encarregados de sua arrecadação, e nomeou os guarda-mores para a repartição das terras minerais, que se distribuíam em datas pelos mineiros. Estabeleceram-se casas de registros nos caminhos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, e proibiu-se que pessoa alguma saísse de Minas com ouro, sem levar guia que mostrasse haver pago o quinto.

A história de Minas nos primeiros tempos, depois do descobrimento das lavras auríferas, quase que só consiste nas variações das ordens sobre a maneira de tributar o ouro em benefício da Fazenda Real, e na resistência e relutância que faziam os mineiros, com mais ou menos sucesso, ao vexame e severidade com que eram executadas. O Governo não tinha um sistema determinado, variando constantemente entre a capitação e o quinto, ou da circulação livre do ouro em pó ou convertido em barras nas casas de fundição; o que, porém, transpirava em todas as suas determinações era o intuito único de aumentar os interesses do fisco, tendo em pouca monta a sorte dos povos e os sacrifícios que poderiam fazer para suportarem os impostos com que eram sobrecarregados. "Demar-

1 Sílvio Romero, o grande intelectual e crítico, a propósito escreveu no seu livro *Novos Estudos da Literatura Brasileira*, às páginas 289 e seguinte as ponderações abaixo:

"Seguem-se perto de oito anos em que não encontramos notícia de novas bandeiras, até 1691 ou 92, em que tem lugar a expedição de Antônio Rodrigues Arzão, filho de Taubaté, em companhia de Carlos Pedroso da Silveira e que explora a região de Cataguases.

"Logo após Bartolomeu Bueno de Siqueira, e o referido Carlos Pedroso da Silveira, em 1694 e 95, seguindo os roteiros de Arzão, ao que se diz, prosseguiram nas explorações, descobrindo ouro, de que levaram amostras ao Rio de Janeiro, dando-as ao Governador Sebastião de Castro Caldas.

"Por estes fatos vê-se ser inexata a afirmativa do ilustre J. Felício dos Santos, quando nas suas excelentes *Memórias do Distrito Diamantino*, um dos livros mais bem feitos que temos sobre a história brasileira, escreveu estas palavras: "Diz-se que a descoberta do ouro em Minas etc..."

"Duplo engano: primeiramente é fora de dúvida que antes de Arzão outros muitos bandeirantes tinham entrado os sertões de Minas e descoberto ouro; em segundo lugar, a expedição daquele sertanista não podia deixar de ser algum tanto anterior ao ano de 1695, porque Bartolomeu Bueno de Siqueira e Carlos Pedroso, que lhe seguiram os roteiros, que se demoraram algum tempo nas explorações, ainda levaram ouro ao Rio de Janeiro em tempo de Castro Caldas, cujo Governo foi de 1695 a 96". — Nota de Nazaré Meneses (1924).

Digitalizado com CamScanner

cados os terrenos e zonas auríferas, ninguém pôde neles penetrar sem licença do Governo, que construía e vigiava escrupulosamente os caminhos que os comunicavam para fora. Quem conseguia entrar carecia ainda para sair de igual permissão. Formou-se assim um estado que vivia seqüestrado da demais população da capitania. Organizou-se um regimento para a administração da cobrança dos direitos da Coroa. O absolutismo folga de manifestar-se por regulamentar sobre tudo e a propósito de tudo. A sua pretensão à previsão de todos os incidentes e circunstâncias imposta a negação do livre-arbítrio, e aí funda ele a principal base de seu poder."[2]

O sistema de cobrança do quinto do ouro, estabelecido pelo Governador Artur de Sá e Meneses, vigorou até o ano de 113, apesar das relutâncias dos povos, que em muitas ocasiões produziram conflitos de sérias conseqüências. Durante este tempo o seu rendimento foi o seguinte:

ANOS	QUINTO		CONFISCO	
	Oitavas	Grãos	Oitavas	Grãos
1700	940	—	—	—
1701	6,064	—	965	—
1702	28	—	669	—
1703	1,648	57	6,823	—
1704	2,926	50	4,708	36
1705	1,637	18	1,640	—
1706	4,890	—	182	—
1707	2,151	—	2,905	54
1708	1,163	18	7,824	18
1709	4,546	—	2,912	—
1710	5,682	—	3,542	11
1711	13,597	—	6,185	—
1712	8,618	36	1,782	—
1713	2,781	18	1,106	54
	56,655	53	46,975	29

No ano de 1713, sendo Governador D. Brás Baltasar da Silveira, que sucedera no governo de Minas e São Paulo a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, tratando-se de melhorar o sistema do imposto, os povos de Minas, para se não sujeitarem à capitação, que reiteradas ordens da Corte mandavam que se estabelecesse em substituição ao quinto, obrigaram-se a pagar à Fazenda Real, pelo tempo de um ano, trinta arrobas de ouro, ficando abolido o quinto e levantados os registros dos caminhos, para que todos pudessem levar para fora da capitania o seu ouro sem guia e sem mais pagamento de direitos. Este ajuste começou a vigorar do ano de 1714. Fez-se a repartição da cota com que cada uma das Câmaras devia concorrer para completar as trinta arrobas, e que elas colheriam por meio de fintas lançadas sobre seus respectivos munícipes: tocou à Câmara de São João del Rei pagar cinco arrobas e dez libras; à de Vila Rica, doze arrobas; e à de Sabará doze arrobas e vinte duas libras. Ainda nesse ano não estava criada a do Serro Frio. Ficavam pertencendo às Câmaras, para poderem completar as trinta arrobas, os direitos das entradas das cargas para Minas, que eram como direitos alfandegais que se cobravam nas passagens. Por dois termos de 3 de fevereiro de 1715, foi fixada esta imposição em oitava e meia de ouro por cada carga de fazenda seca, meia oitava por carga de molhados. e

2 J. M. Pereira da Silva, *História da Fundação do Império Brasileiro*.

Digitalizado com CamScanner

uma oitava por cada cabeça de gado vacum. Por novo termo de 23 de junho de 1716 se impôs o direito de duas oitavas por cada escravo ou escrava, que entrasse para Minas pela primeira vez; ainda se resolveu que as Câmaras poriam registos nos caminhos, onde lhes parecesse conveniente, nomeariam pessoas para a cobrança dos direitos das cargas a elas pertencentes, tirariam listas de todos os negros de suas repartições, e também das lojas e vendas para se pagarem de cada uma dez oitavas; e que abatendo-se das trinta arrobas prometidas o que rendessem os direitos das entradas, lojas e vendas, se repartiria pelos povos o que faltasse, à proporção dos negros que cada um tivesse, sem isenção dos eclesiásticos.[3]

Estes ajustes foram-se renovando de ano a ano, apesar da insistência da Corte para que se estabelecesse o tributo da capitação, como mais rendoso à Fazenda Real: mas a capitação era um imposto odioso em Minas, porque onerava mais a classe pobre dos mineiros, e traria a ruína dos que fossem infelizes na mineração; assim só muito posteriormente, como diremos, é que se pôde estabelecer por algum tempo.

Com a notícia das riquezas de Minas, onde todos os dias se faziam novos *descobertos* de lavras auríferas, a sua população foi crescendo, e em proporção tornavam-se mais rendosos os direitos de entradas com o aumento dos consumidores. O governo não podia ficar indiferente ante este estado de coisas. Eram as Câmaras que cobravam os direitos de entrada, que serviam para se completarem as trinta arrobas de ouro, e portanto o seu aumento era um alívio dos povos. Ora, a sorte dos povos era indiferente ao Governo, quando se tratava dos interesses da Fazenda. Devia-se deixar ao povo os únicos meios de subsistência: o mais se lhe tomava a bem da metrópole. Era então Governador D. Pedro de Almeida Portugal, depois Conde de Assumar, como sucessor de D. Brás Baltasar. Conhecendo este governador o aumento que diariamente iam tendo os direitos das estradas, soube persuadir as Câmaras a desistir deles em favor da Real Fazenda, compensando-os com o abatimento de cinco arrobas de ouro nas trinta que pagavam pelos quintos, o que se resolveu em junta de 3 de março de 1718.

Tal é a origem do importante tributo das entradas estabelecido em Minas, que se cobravam em registos por todos os caminhos, que constituíam como uma nova alfândega adicional. Este imposto rendia 200.000$000 anualmente.

A opressão, que experimentavam os moradores das Minas, e principalmente a classe mais pobre, pela desigualdade e excesso com que eram fintados, para a contribuição do cômputo das arrobas de ouro, que convencionaram pagar em substituição dos quintos, determinou as disposições da lei de 11 de fevereiro de 1719, como ela mesmo se expressa no seu preâmbulo. Esta lei mandou cessar a contribuição das vinte e cinco arrobas de ouro, que pagavam os povos de Minas e estabeleceu a cobrança dos quintos pelo sistema das casas de fundição; mandou que em Minas se construísse uma ou mais casas, em que se fundisse e se reduzisse a barras todo o ouro que se extraísse; proibiu que saísse para fora ouro algum em pó, podendo este somente correr dentro de Minas para as necessidades do comércio e mais transações de compra e venda, tendo o valor de dez tostões por oitava. O ouro fundido em barras podia correr no valor de quatorze tostões por oitava, na razão de vinte e dois quilates. Na ocasião da fundição devia-se deduzir o quinto da Fazenda Real. Quem conduzisse ouro em pó para fora de Minas, incorreria na pena da perda do ouro, confisco de todos os bens e degredo por dez anos para a Índia. Prometeu-se ao denunciante metade dos bens confiscados, sendo-lhe perdoada a pena, caso fosse cúmplice. Para se evitar falsificação nas barras, ordenou-se que elas fossem cunhadas nas pontas pela parte superior com o selo das armas reais e pela inferior com uma esfera, declarando-se no meio da barra por ambas as partes o peso e o quilate do ouro e o ano da fundição.

3 J. João Teixeira Coelho, *Instrução para o Governo da Capitania de Minas*, 1780.

Digitalizado com CamScanner

Não eram estas providências as que os povos solicitavam; e quando o Governador D. Pedro de Almeida Portugal tratou de pôr a lei em execução houve sérias perturbações em alguns lugares de Minas, que foram o prelúdio do célebre motim do povo de Vila Rica, na noite de 28 de junho de 1720, de que não entra no nosso propósito fazer a narração.

O Governador, que se houve durante o motim sempre com a maior cobardia, foi forçado a aceitar quatorze artigos, em que se compreendiam o do perdão para os amotinados, e o de mais não se tratar do estabelecimento de casas de fundição. Logo, porém, que estes depuseram as armas, o Governador não se lembrou mais de cumprir o prometido, e mandou prender e justiçar os cabeças do motim. Era essa a política do tempo. Muitas vezes o Governo baixava-se a transigir com os criminosos, que galardoava e premiava, quando daí podia resultar interesses a bem do fisco.

D. Lourenço de Almeida, que sucedera ao Conde de Assumar no governo da Capitania de Minas, já separada da de São Paulo em 1722, convocou em Vila Rica os Ministros, Procuradores das Câmaras e pessoas da nobreza para se tratar novamente de estabelecer as casas de fundição. Estes ponderaram que as casas de fundição tinham sido a principal causa das perturbações havidas em Minas, e que ainda não era oportuno o seu estabelecimento, para se evitarem desordens semelhantes; e como transação, ofereciam a Sua Magestade mais doze arrobas de ouro por ano para satisfação dos quintos, tornando-se assim a contribuição de trinta e sete arrobas; e que por este meio ficava a Real Fazenda utilizada e os habitantes de Minas em sossego.

O que o Governo queria era ouro, e D. Lourenço aceitou a oferta. Mas a 15 de janeiro de 1724 o Governador convocou novamente os Ministros das Câmaras e expôs-lhes ordem terminantes de Sua Magestade para que se restabelecessem as casas de fundição; declarou-lhes que não lhes ia pedir conselhos sobre a execução delas, mas que somente queria os pareceres sobre o modo por que as mesmas se poderiam cumprir com mais acerto.[4]

Em vista desta linguagem, a Junta conveio na criação das casas de fundição, e nelas se começou a quintar o ouro no dia 1 de fevereiro de 1725.

As contribuições que pagaram os povos de Minas, pelo ajuste que fizeram em substituição do quinto desde 20 de março de 1714 até fim de janeiro de 1725, quando se tratou de quintar o ouro nas casas de fundição, montaram a 312 1/2 arrobas.

4 J. J. Teixeira Coelho, *Instruções para o Governo da Capitania de Minas Gerais.*

Digitalizado com CamScanner